

A G E N D A

DA POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

VOLUME 8

REVISTA ELETRÔNICA DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA

NÚMERO 1



INTERNACIONALISMO NORTE-AMERICANO

Agosto de 2003

INTERNACIONALISMO NORTE-AMERICANO



Para os Estados Unidos, é uma honra e uma dádiva ser uma nação entre a nações cujo povo e aspirações sensibilizam todos os países da face da terra. A partir de sonhos universais de liberdade, igualdade e prosperidade, tornamo-nos um país que incorporou diferentes culturas, idéias, perspectivas e talentos — e isso nos dotou de rica diversidade que até agora continua a nos fortalecer.

Tal força vem acompanhada de grande responsabilidade e desejo de envolvimento com a comunidade internacional. Temos orgulho em dizer que o estilo norte-americano visa promover a liberdade, a democracia, o livre comércio e o desenvolvimento no mundo. Visa buscar segurança para as pessoas que já sofreram demais. Pretende servir de inspiração a outras nações e ser por elas inspirado para um trabalho conjunto rumo a um futuro pacífico e próspero. E palavras não são o suficiente. Os norte-americanos mantêm o compromisso de transformar essas idéias em ação.

Diferenças entre nações e governos são inevitáveis, é claro. Mas nossas diferenças não devem ser consideradas unilateralismo nem isolacionismo dos Estados Unidos. Vez por outra, nossas experiências e interesses nos levarão a considerar as questões sob aspectos diversos. De nossa parte, não compartilharemos de um consenso se acreditarmos que nossos princípios básicos ficam comprometidos. Tampouco esperamos que outras nações participem de um consenso que comprometa seus princípios fundamentais. Sempre que tivermos convicção sobre algo, lideraremos. Entretanto, os Estados Unidos sempre se empenharão para alcançar consenso internacional, e uma análise global mostra o intenso trabalho norte-americano com aliados e parceiros em todos os continentes.

É uma satisfação apresentar esta revista eletrônica, que ilustra o extenso histórico dos Estados Unidos em cooperação, consenso e liderança, à medida que nos esforçamos para atuar de acordo com nossas responsabilidades globais e nossos princípios básicos. Espero que você compartilhe sua leitura com outras pessoas que — como você — acreditam na importância do internacionalismo norte-americano.

Colin L. Powell
Secretário de Estado

A G E N D A

DA POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

Revista Eletrônica do Departamento de Estado dos EUA

INTERNACIONALISMO NORTE-AMERICANO

ÍNDICE

● INTRODUÇÃO

INTERNACIONALISMO NORTE-AMERICANO: PROMOÇÃO DE LIBERDADE, DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO	5
---	----------

Kim R. Holmes

Secretário de Estado adjunto para Assuntos de Organizações Internacionais

● TRABALHO COM ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

AS NAÇÕES UNIDAS E A DIPLOMACIA MULTILATERAL NORTE-AMERICANA: PRINCÍPIOS E PRIORIDADES PARA UM MUNDO MELHOR	8
--	----------

Kim R. Holmes

Secretário de Estado adjunto para Assuntos de Organizações Internacionais

● PAPEL DOS EUA NA ECONOMIA GLOBAL

PARA ENTENDER O PAPEL DOS ESTADOS UNIDOS NA ECONOMIA GLOBAL	12
--	-----------

Kevin A. Hassett

Diretor de Estudos de Política Econômica do American Enterprise Institute (AEI)

James K. Glassman

Membro do AEI e colunista de finanças do Washington Post

LIBERANDO OS VENTOS DO COMÉRCIO: UMA ABORDAGEM BÁSICA	16
--	-----------

Embaixador Robert Zoellick

Representante de Comércio dos Estados Unidos

ESFORÇO GLOBAL PARA ELIMINAR O FINANCIAMENTO AO TERRORISMO	21
---	-----------

Jimmy Gurulé

Professor de Direito da Escola de Direito da Universidade de Notre Dame

● PROMOÇÃO DE IDEIAS DEMOCRÁTICOS E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

UM FOCO DE LUZ: O ESFORÇO DOS ESTADOS UNIDOS PARA FORTALECER A DEMOCRACIA NO MUNDO	25
---	-----------

Paula Dobriansky

Subsecretária de Estado para Assuntos Globais

A CONSTRUÇÃO DE UM MOVIMENTO MUNDIAL PELA DEMOCRACIA: O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS	28
--	-----------

Carl Gershman

Presidente da Fundação Nacional para a Democracia

● VALORES GLOBAIS

SAÚDE PÚBLICA SEM FRONTEIRAS

31

Tommy Thompson

Secretário de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos

LIDERANÇA INTERNACIONAL DOS EUA: POLÍTICAS AMBIENTAIS RESPONSÁVEIS

35

John Turner

Secretário de Estado adjunto para Oceanos e Assuntos Científicos e Ambientais Internacionais

O ALCANCE INTERNACIONAL DAS ONGS DOS ESTADOS UNIDOS

39

Robert Kellett

Editor-Gerente On-line da Mercy Corps

● GUIA DE LEITURA ADICIONAL

BIBLIOGRAFIA E SITES NA INTERNET

42

Indicação de outras opiniões e links para recursos sobre questões relacionadas

A G E N D A DA POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

REVISTA ELETRÔNICA DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA

VOLUME 8 • NÚMERO 1 • AGOSTO DE 2003

O Escritório de Programas Internacionais de Informação do Departamento de Estado dos Estados Unidos fornece produtos e serviços que explicam as políticas, a sociedade e os valores norte-americanos ao público estrangeiro. O Escritório divulga e publica cinco revistas eletrônicas que tratam das principais questões enfrentadas pelos Estados Unidos e pela comunidade internacional. As revistas — Perspectivas Econômicas, Questões Globais, Temas de Democracia, Agenda da Política Externa dos EUA e Sociedade e Valores dos EUA — apresentam declarações sobre políticas norte-americanas, bem como análises, comentários e informações de caráter geral sobre suas áreas temáticas.

Todas as edições das revistas aparecem em inglês, francês, português e espanhol, e algumas delas também são traduzidas para o árabe e russo. Uma nova edição em inglês é publicada aproximadamente a cada mês. Em geral, as versões traduzidas são colocadas on-line duas a quatro semanas após seu original em inglês.

As opiniões expressas nas revistas não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos Estados Unidos. O Departamento de Estado dos EUA não assume nenhuma responsabilidade pelo conteúdo nem pela continuidade do acesso aos sites da Internet para os quais há links nesta revista; tal responsabilidade é única e exclusivamente das entidades que publicam esses sites. Os artigos podem ser reproduzidos e traduzidos fora dos Estados Unidos, a menos que contenham restrições de direitos autorais explícitas para tal uso. Os usuários potenciais das fotos com créditos precisam obter autorização prévia de uso com a fonte citada.

Números atuais ou atrasados das revistas, assim como a relação das próximas edições, podem ser encontrados na home page internacional do Escritório de Programas Internacionais de Informação, no seguinte endereço da World Wide Web: "http://usinfo.state.gov/journals/journals.htm" As publicações estão disponíveis em vários formatos eletrônicos para facilitar a visualização on-line, transferência, download e impressão.

Comentários são bem-vindos na Embaixada dos Estados Unidos no seu país ou nos escritórios editoriais:

Agenda da Política Externa dos EUA
Segurança Política - IIP/T/PS
Departamento de Estado dos EUA
301 4th Street, S.W.
Washington, D.C. 20547
Estados Unidos da América
E-mail: ejforpol@pd.state.gov

Favor observar que esta edição da AGENDA DA POLÍTICA EXTERNA DOS EUA pode ser encontrada na home page internacional do Escritório de Programas Internacionais de Informação no seguinte endereço da World Wide Web:
"http://usinfo.state.gov/journals/itps/0803/ijpp/ijpp0803.htm".

Editora-chefe	Judith S. Siegel
Editor.....	Michael T. Scanlin
Editor-gerente.....	David Anthony Denny
Editor associado.....	Christian Larson
Editores colaboradores.....	Brenda Butler
.....	Jennifer Flahive
.....	Soo Jung Han
.....	Merle David Kellerhals, Jr.
.....	Margaret Ann McKay
.....	Jody Rose Platt
.....	Jacquelyn S. Porth
.....	Jay Richter
.....	Christopher Siefken
Especialistas em referências	Samuel Moncrief Anderson
.....	Camille Lyon
.....	Rebecca Ford Mitchell
.....	Vivian Stahl
.....	Liliana Vivanco
Assistente de programa	Tracy Nelson
Diretora de arte.....	Min-Chih Yao
Assistente gráfica.....	Sylvia Scott
Revisora de português.....	Marília Araújo
Conselho editorial.....	George Clack
.....	Robert Holden
.....	Judith S. Siegel

INTERNACIONALISMO NORTE-AMERICANO: PROMOÇÃO DE LIBERDADE, DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO

Kim R. Holmes

Secretário de Estado adjunto para Assuntos de Organizações Internacionais



"Nem protecionista nem expansionista, o internacionalismo norte-americano busca a preservação da liberdade e a promoção de oportunidade, dignidade humana, liberdade, prosperidade e paz, tanto internamente como no exterior", afirma Kim R. Holmes, secretário de Estado adjunto para Assuntos de Organizações Internacionais. As ações dos EUA em apoio a essas metas, diz ele, estão ilustradas nos artigos publicados nesta revista que fornecem exemplos pertinentes do compromisso dos Estados Unidos com o mundo.

Paz, prosperidade e liberdade – esses princípios fundamentais impulsionam a forma singular de política externa conhecida como internacionalismo norte-americano. Nos Estados Unidos temos uma longa tradição de agir em nome de valores essenciais e de promover ideais como a liberdade de expressão, o direito de voto, a liberdade de religião e a liberdade de imprensa, que tão frequentemente desafiam o poder de ditadores e ideólogos. Ao contrário dos líderes de sociedades fechadas, acreditamos que a liberdade econômica e política, os direitos humanos e a oportunidade não são privilégios a serem concedidos pela elite àqueles a quem deseja favorecer; são direitos de todos os homens e mulheres e devem ser protegidos e incentivados.

Em 2002, o presidente Bush explicou o internacionalismo norte-americano aos formandos da Academia Militar de West Point nos seguintes termos: "A causa de nossa nação sempre foi maior do que a defesa da nação. Lutamos, como sempre lutamos, pela paz com justiça, a paz que favorece a liberdade. Defenderemos a paz contra as ameaças de terroristas e tiranos. Preservaremos a paz estabelecendo boas relações entre as grandes potências. E propagaremos a paz incentivando sociedades livres e abertas em todos os continentes... Construir essa paz com justiça é... dever dos Estados Unidos".

O povo norte-americano entende essa obrigação suprema. Por isso apoiamos firmemente o presidente na luta contra o terrorismo, para libertar

o povo afegão do Taleban e os iraquianos do terrível regime de Saddam Hussein. Os valores norte-americanos de hoje são os mesmos que alimentaram a determinação dos EUA para vencer a Segunda Guerra Mundial e sua dedicação para reconstruir as nações destruídas pela guerra. Esses valores também orientaram nossos esforços durante a Guerra Fria. Inúmeras vezes nosso profundo desejo de liberdade para todos nos inspirou a generosidade para doar nosso tempo, talento e a própria vida.

Em grande parte fomos vitoriosos. Henry Kissinger, quando era assessor para assuntos de segurança nacional, certa vez observou que: "Nenhuma política externa – por mais engenhosa que seja – tem possibilidade de êxito se for fruto da mente de poucos e não existir no coração de ninguém". O sucesso do internacionalismo norte-americano está justamente no fato de se basear em valores presentes no coração de multidões. Esses valores não são exclusivos dos Estados Unidos, mas de apelo global e universal. Não procuram impor regras culturais específicas mas, ao contrário, fornecer as ferramentas e a liberdade para que cada sociedade realize seu potencial com base em suas próprias tradições culturais, étnicas e religiosas.

A história tem mostrado que os países mais fortes, estáveis, tolerantes e prósperos são os que respeitam os princípios universais dos direitos humanos, do Estado de Direito e da democracia. A promoção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais é interesse nacional de cada membro da comunidade internacional, pois os governos que protegem os

direitos humanos são os mais aptos a garantir a paz, fomentar o desenvolvimento econômico, combater o crime e o terrorismo internacionais, evitar crises humanitárias e melhorar o meio ambiente global.

Nem protecionista nem expansionista, o internacionalismo norte-americano busca a preservação da liberdade e a promoção de oportunidade, dignidade humana, liberdade, prosperidade e paz, tanto internamente como no exterior. Os Estados Unidos sempre relutaram em intervir em outros países e, quando o fizeram, permaneceram apenas pelo tempo necessário. Nosso objetivo é deixar os países melhor do que estavam antes. Para ajudar os países em situação de grande necessidade, contribuimos mais do que qualquer outra nação para a assistência humanitária, por meio de iniciativas públicas e privadas. Participamos da Organização das Nações Unidas (ONU) para levar adiante esses objetivos e todos os nossos demais interesses. Buscamos tornar a ONU mais eficiente, seja no âmbito do Conselho de Segurança e da Comissão sobre Direitos Humanos, seja na manutenção da paz e nos trabalhos de suas agências especializadas.

Nossos valores fundamentais estão presentes não apenas nas ações bilaterais e multilaterais de nosso governo. Eles se refletem também nos esforços diários dos cidadãos norte-americanos: setor privado, grupos religiosos e organizações não-governamentais que promovem a liberdade e a oportunidade em todo o mundo. Nossa dedicação a princípios e valores tem repercussão no mundo, mesmo sendo o internacionalismo norte-americano o alvo preferido da crítica dos que suspeitam de nossas intenções.

O internacionalismo norte-americano, afinal, não é uma doutrina rígida. Pode assumir — e frequentemente assume — a marca de um presidente quando ele responde à urgência dos problemas que o mundo enfrenta. O "inconfundível internacionalismo norte-americano" do presidente Bush reflete os anseios da população dos EUA porque é uma resposta às ameaças reais e globais do terrorismo, das doenças pandêmicas, da pobreza e do tráfico de pessoas, entre outras. Os norte-americanos apóiam seus esforços para proteger os inocentes das armas de destruição em massa em mãos da Al-Qaeda e de outros terroristas; para promover a liberdade, a boa governança e a

prosperidade por meio de novas iniciativas como a Conta do Desafio do Milênio; e para combater, por meio do compromisso multimilionário com o Fundo Global e outros programas, o HIV/Aids e outras doenças infecciosas que devastam as sociedades.

De fato, o que melhor ilustra o internacionalismo norte-americano são as ações dos EUA. Os artigos que se seguem discutem esses e outros exemplos pertinentes do compromisso dos Estados Unidos com o mundo. Iniciamos com a discussão dos princípios e prioridades que orientam nosso compromisso multilateral nas Nações Unidas para promover liberdade, democracia, paz e prosperidade.

O economista Kevin Hassett e o acadêmico James Glassman analisam como o comércio norte-americano beneficia a economia mundial e ajuda os países em desenvolvimento, mesmo quando aumenta o nosso déficit comercial. O representante de Comércio dos EUA, Robert Zoellick, faz uma avaliação franca e aberta da "abordagem básica" do país para promover segurança, prosperidade e liberdade por meio de liberalização e acordos comerciais. O professor Jimmy Gurulé, da Escola de Direito da Universidade de Notre Dame e ex-subsecretário do Tesouro, reflete sobre como a política externa dos EUA construiu e ampliou, com sucesso, o consenso internacional para coibir o financiamento terrorista.

A seguir, a subsecretária de Estado, Paula Dobriansky, e o presidente da Fundação Nacional para a Democracia (National Endowment for Democracy - NED), Carl Gershman, examinam o empenho dos EUA para propagar a democracia e a liberdade mediante esforços públicos e privados. O conjunto desses artigos oferece um vasto panorama de nossa efetividade, incluindo o crescimento de movimentos novos em Estados não democráticos, com nosso apoio e o de organizações não-governamentais (ONGs) como a NED.

O secretário de Saúde e Serviços Humanos (Health and Human Services - HHS), Tommy Thompson, discute as ações norte-americanas para melhorar a saúde global aperfeiçoando a capacidade de resposta às ameaças à saúde pública, como a Sars, e para eliminar do mundo as doenças infecciosas que não conhecem fronteiras e devastam sociedades inteiras. A Iniciativa de Alerta Preventivo sobre a

Saúde Global e a Iniciativa de Segurança da Saúde Global do HHS são dois exemplos.

As ameaças ao meio ambiente também não respeitam fronteiras. O secretário de Estado adjunto para Oceanos e Assuntos Científicos e Ambientais Internacionais, John Turner, discute o empenho dos EUA para criar uma política ambiental internacional responsável para proteger os recursos naturais do planeta e reduzir o uso nocivo de poluentes e produtos químicos. Finalmente, Robert Kellett, da Mercy Corps, trata do trabalho das ONGs que dão seguimento aos esforços norte-americanos para reduzir a pobreza e a opressão e ajudam os povos a garantir a liberdade econômica e política e os direitos humanos.

Certamente, há muito mais para escrever sobre esse assunto. Mas, como esses artigos deixam claro, o internacionalismo norte-americano está longe de ser

unilateralista. O povo norte-americano acredita que a liberdade, a paz e a prosperidade são aspirações universais, e os países livres têm a responsabilidade de ajudar os outros a conquistá-las. Como disse o presidente Bush, e comprovam as políticas multilaterais descritas nesses artigos, "Nenhuma nação é proprietária dessas aspirações, e não há nação que delas esteja isenta. Não pretendemos impor nossa cultura [aos outros]. Os Estados Unidos nunca transigirão nas exigências inegociáveis da dignidade humana". Junto com nossos amigos e aliados continuaremos a lutar para derrotar o terrorismo, reduzir a fome, a doença e a opressão em todo o mundo e propagar as oportunidades decorrentes da democracia e da liberdade. 



AS NAÇÕES UNIDAS E A DIPLOMACIA MULTILATERAL NORTE-AMERICANA: PRINCÍPIOS E PRIORIDADES PARA UM MUNDO MELHOR

Kim R. Holmes

Secretário de Estado adjunto para Assuntos de Organizações Internacionais



As ações dos EUA nas Nações Unidas estão fundamentadas em três princípios, segundo Kim Holmes, secretário de Estado adjunto para Assuntos de Organizações Internacionais. Diz ele que os EUA buscam: conseguir que a organização cumpra “a visão de seus fundadores”; conseguir um multilateralismo eficiente, orientado para resultados – não “declarações vazias” e garantir a “boa gestão dos recursos das Nações Unidas”.

As nações do mundo vivem em uma época de promessas sem precedentes, possibilitadas pela liberdade política e pelos livres mercados, pela tecnologia e pelo comércio e por relações pacíficas entre as grandes potências. Nossa era é também uma era de problemas imensos e de perigos crescentes, tanto naturais como provocados pelo homem. Pandemias como o HIV/Aids impõem miséria e morte a milhares de pessoas, colocando em risco sociedades inteiras. Muitos dos nossos semelhantes vivem sob regimes ditatoriais e corruptos que lhes negam os direitos mais fundamentais e a possibilidade de um futuro melhor.

Por fim, a maior ameaça do nosso tempo: terroristas e tiranos que temem o avanço da liberdade e procuram destruir as sociedades abertas que a fomentam. Eles têm assassinado inocentes em números apavorantes em todos os cantos do mundo. Procuram conseguir armas químicas, biológicas e nucleares de destruição em massa para eliminar vidas e tudo mais que homens e mulheres de boa-vontade prezam no mundo.

As grandes metas deste governo são fazer frente aos principais desafios da política externa do nosso tempo e, ao mesmo tempo, ajudar o maior número de pessoas a conhecer os benefícios da liberdade e da democracia. Vemos a diplomacia multilateral como algo fundamental para esse esforço. Seja na Organização das Nações Unidas, na Organização dos Estados Americanos, no fórum da Cooperação

Econômica Ásia-Pacífico ou em uma das inúmeras organizações internacionais das quais os Estados Unidos participam, nossos diplomatas trabalham arduamente com outras nações na busca de soluções para os problemas do nosso tempo. Como declarou o presidente Bush, “Essa é a agenda norte-americana para o mundo – eliminação do terrorismo, redução das doenças e da fome e propagação da liberdade do ser humano. Agradecemos e precisamos de ajuda, conselhos e da sabedoria de amigos e aliados”.

O multilateralismo eficiente, acredita o governo Bush, teria sempre uma finalidade clara, valorosa e realizável. O multilateralismo buscaria mais do que objetivos louváveis; buscaria ações práticas com resultados tangíveis para trabalhar importantes problemas do momento. O consenso é desejável e extremamente útil. Mas tal consenso não deveria ser alcançado às custas dos resultados, dos quais as pessoas no mundo inteiro precisam para poder ter a paz e a segurança, a saúde e as oportunidades econômicas, a liberdade e a dignidade de que tanto necessitam.

Nem sempre todos os membros das organizações internacionais concordam com tudo em um mesmo momento. Entretanto, pensamos que os países membros da ONU têm a obrigação de fazer um esforço recíproco de boa fé para chegar a um acordo consistente com princípios e interesses mais elevados. Os Estados Unidos têm agido dessa

maneira em inúmeras questões, empenhado grandes esforços, como por exemplo, no Conselho de Segurança das Nações Unidas, para buscar consenso sobre questões polêmicas.

No ano passado, apesar dos grandes esforços norte-americanos, o Conselho de Segurança nem sempre pôde conciliar suas divergências sobre a necessidade de usar a força para que o Iraque cumprisse suas solenes obrigações. Mas antes e depois da recente guerra, os EUA foram bem-sucedidos no trabalho com outros membros do Conselho de Segurança para garantir a aprovação, quando possível, de resoluções importantes.

A primeira, Resolução 1441 (de 8 de novembro de 2002), exigia que o Iraque parasse de violar suas obrigações internacionais ou teria que enfrentar sérias conseqüências. A segunda, Resolução 1483 (de 22 de maio de 2003), emitida após a liberação do Iraque, suspendeu as sanções que a ONU impunha ao país há uma década; reconheceu a autoridade da Coalizão na nação até que um governo representativo, reconhecido internacionalmente, seja estabelecido e confirmou o papel crucial das Nações Unidas na cooperação com a Coalizão para ajudar o povo iraquiano a construir um futuro melhor.

Os Estados Unidos trabalham para uma atuação eficiente do Conselho de Segurança quando viável. Também investem imensos recursos financeiros em inúmeras agências das Nações Unidas para ajudar nações em todo o mundo das mais diversas formas – desde o fornecimento de alimentos aos que têm fome à criação de um sistema de alerta de catástrofes naturais que salvará vidas ou até mesmo ajuda na manutenção do sistema de correio internacional, do qual todas as nações dependem no nosso mundo interconectado.

PRINCÍPIOS

As Nações Unidas e muitas de suas agências especializadas têm suas histórias de sucesso e também seus fracassos. Os Estados Unidos buscam mais sucessos e menos fracassos das Nações Unidas. Três princípios norteiam o relacionamento dos EUA com as Nações Unidas e, de maneira mais ampla, o multilateralismo:

Princípio nº 1: Queremos que as Nações Unidas cumpram a visão de seus fundadores, que exorta todos os Estados membros a contribuir para a paz e a segurança internacional e, ao mesmo tempo, conceder liberdade, saúde e oportunidades econômicas aos seus cidadãos. Os Estados Unidos, desejosos que o sistema das Nações Unidas tenha sucesso, querem que seus líderes garantam ser partidários dessa visão, quer seja no objetivo específico de levar o Iraque a cumprir suas obrigações com o Conselho de Segurança, na promoção da paz e da democracia no Timor Leste ou ajudando a eliminar doenças globais como a Sars.

A posição do governo Bush durante a sessão mais recente da Comissão das Nações Unidas sobre Direitos Humanos refletiu essa abordagem orientada para resultados. Quando declaramos nossa oposição à Líbia – um dos maiores transgressores dos direitos humanos do mundo – como presidente da Comissão, defendemos os princípios dos fundadores das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Hoje, quando trabalhamos para reformar este órgão problemático, nossos objetivos são ajudá-lo a levar a termo seu potencial e a se tornar um apoio para os milhões de homens, mulheres e crianças mundo afora, cujos direitos políticos e civis inalienáveis têm sido negados. Uma Comissão sobre Direitos Humanos, imbuída de seus valores, encontrará novas reservas de boa-vontade entre os norte-americanos e outros povos no mundo.

Princípio nº 2: Buscamos um multilateralismo eficiente. A diplomacia multilateral deveria resultar em algo mais que declarações vazias: ela poderia concretamente promover a paz, a liberdade, o desenvolvimento sustentável e a assistência à saúde e humanitária em benefício das pessoas em cada continente. Quando as organizações das Nações Unidas têm bom desempenho, os Estados Unidos ficam satisfeitos. Quando o desempenho é precário, os Estados Unidos são obrigados a apontá-lo e acreditam que outras nações também deveriam fazê-lo. De forma semelhante, embora os EUA ajam em autodefesa sempre que necessário, não hesitarão em trabalhar com o Conselho de Segurança quando ações coletivas forem possíveis e justificadas para combater a violência e promover a liberdade.

Princípio nº 3: Buscamos a boa gestão dos recursos da ONU. Uma Organização das Nações

Unidas eficiente deve despende sabiamente seus recursos. Os beneficiários visados por seus programas devem, de fato, se beneficiarem. Os Estados Unidos trabalharão com outros Estados membros para assegurar que a gestão e as finanças das entidades e programas da ONU sejam sólidas. Continuaremos a promover reformas que façam a ONU mais capaz e eficiente.

PRIORIDADES

Esses três princípios do envolvimento dos EUA, por sua vez, dão origem a cinco prioridades norte-americanas:

Prioridade nº 1: Preservar a paz e proteger os inocentes ameaçados pela guerra e pela tirania.

Esses são os principais desafios que os membros das Nações Unidas devem enfrentar para o sucesso da organização. Terroristas, seus proliferadores e ditadores agressivos como Saddam Hussein – que atacou vários países vizinhos – põem em risco a segurança internacional. Assim, no próximo ano, os Estados Unidos lutarão para:

- **Fortalecer** a eficiência do Conselho de Segurança para lidar com ameaças à paz e à segurança internacional, especialmente com o perigo da aquisição de armas de destruição em massa por terroristas ou por regimes à margem da lei.
- **Promover** mais capacitação entre os membros da ONU para derrotar o terrorismo.
- **Assegurar** a divisão equânime das responsabilidades e mais eficiência na manutenção da paz de forma a coibir derramamento de sangue e calamidades humanitárias, especialmente na África onde as Nações Unidas já estão profundamente envolvidas.
- **Propor** um acordo de paz árabe-israelense que atenda à visão do presidente Bush de eliminar o terrorismo, possibilitando a coexistência pacífica, no Oriente Médio, de uma Palestina democrática e de um Estado de Israel. Continuaremos a trabalhar com as Nações Unidas por meio do Quarteto para alcançar essas metas, que também exigem total inclusão e tratamento justo para Israel em todos os fóruns da ONU, condições que o país atualmente não desfruta, mas merece.

Prioridade nº 2: Colocar o multilateralismo a serviço da democracia, da liberdade e da boa governança. Esses objetivos deveriam orientar quase todas as ações da ONU. Em 2002, na Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, em Monterrey, México, e na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo, África do Sul, chamamos a atenção internacional para a realidade desses governos que negam a liberdade a seus cidadãos e que os governam sem respeito por suas necessidades básicas mantendo, na maioria das vezes, suas populações em extrema pobreza. Tais governos tornam-se com frequência as principais causas de violência internacional. Porém, as nações que democratizam e institucionalizam o Estado de Direito criam as condições necessárias para o desenvolvimento econômico. Essas nações tornam-se também os alicerces de uma ordem internacional pacífica.

Assim, os Estados Unidos tornaram uma prioridade assegurar que todas as partes do sistema das Nações Unidas reconheçam que promover a liberdade, o Estado de Direito e a boa governança é a essência de suas missões. Da mesma forma, os Estados Unidos permanecerão vigorosos em seu apoio aos esforços das Nações Unidas para ajudar democracias em crescimento a realizar eleições, a capacitar juízes, a promover o Estado de Direito e a inibir a corrupção.

Prioridade nº 3: Ajudar nações e pessoas em extrema necessidade. Os Estados Unidos têm frequentemente elogiado o dispositivo da ONU que prevê ajuda humanitária a pessoas em condições de extrema necessidade. Continuamos a liderar o apoio aos programas das Nações Unidas que reduzem a pobreza e a fome, concedem ajuda a refugiados e combatem o HIV/Aids e outras doenças infecciosas. Pretendemos continuar a ser o maior doador do Programa Mundial de Alimentação, para o qual contribuimos, só em 2002, com US\$ 929 milhões. Esperamos que outras nações continuem a se juntar a nós na generosa concessão de verbas a tão cruciais esforços das Nações Unidas.

Prioridade nº 4: Promoção do desenvolvimento econômico orientado para resultados. Em 2002, na Cúpula sobre Financiamento para o Desenvolvimento, em Monterrey, e na Cúpula de Johannesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável,

os Estados Unidos ajudaram a criar consenso internacional sobre fatores que fomentam o crescimento econômico nas nações em desenvolvimento. O desenvolvimento sustentável resulta do trabalho com as forças do mercado e não contra elas e concede ao povo liberdade econômica e o Estado de Direito. Anos de experiência têm demonstrado que a assistência financeira externa pode ajudar a promover o crescimento se, e somente se, os governos das nações em desenvolvimento fizerem primeiro as reformas internas necessárias.

Atualmente, os Estados Unidos estão trabalhando com outros membros da ONU para assegurar que agências como o Programa de Desenvolvimento e o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas incorporem os princípios de Monterrey em tudo o que fazem. Também estamos tentando elevar a consciência internacional sobre o papel positivo que a biotecnologia pode desempenhar na promoção do desenvolvimento econômico e na segurança alimentar nas regiões mais pobres do mundo.

Prioridade nº 5: Clamar pela reforma e disciplina orçamentária da ONU. Enfocar as missões principais, cumprir os objetivos originais e utilizar as contribuições dos membros de maneira sábia não só melhorará as instituições das Nações Unidas, mas também aumentará sua credibilidade e o apoio dos Estados Unidos e dos demais países. Os

Estados Unidos trabalharão com outros membros para ajudar as Nações Unidas a reformular as agências com fraco desempenho e a extinguir programas ineficientes e antiquados. Além disso, lutaremos para assegurar que somente os países que apóiam os ideais que fundamentam as Nações Unidas assumam posições de liderança.

CONCLUSÃO

Multilateralismo a serviço da liberdade, desenvolvimento sustentável, saúde das populações e paz com segurança: esse é o objetivo do presidente George W. Bush. Essa é a meta que o secretário de Estado Colin L. Powell e diplomatas norte-americanos perseguem diariamente, com outras nações, em inúmeros lugares. Quaisquer que sejam nossos objetivos – seja a expansão da liberdade, o estímulo ao crescimento econômico, o combate a doenças letais ou a busca da paz – precisamos reconhecer que a realização de qualquer um deles muitas vezes dependerá do sucesso de outros. Cada aspiração avançada simultaneamente reforçará a outra criando um círculo virtuoso. Se os Estados Unidos e outras nações, juntos, buscarem essa agenda de multilateralismo construtivo, podemos melhorar as vidas de homens, mulheres e crianças no mundo. O presidente Bush e o secretário Powell estão confiantes disso e com boa-vontade e esforço poderemos ter sucesso. ☺



PARA ENTENDER O PAPEL DOS ESTADOS UNIDOS NA ECONOMIA GLOBAL

Kevin A. Hassett

Diretor de Estudos de Política Econômica do American Enterprise Institute (AEI)

e

James K. Glassman

Membro do AEI e colunista de finanças do Washington Post



Kevin A. Hassett James K. Glassman

"A noção de que os países ricos e as grandes empresas são os principais beneficiários do livre comércio global é um total contra-senso", dizem Kevin Hassett, diretor de Estudos de Política Econômica do American Enterprise Institute (AEI) e ex-economista sênior do Conselho do Federal Reserve, o banco central dos Estados Unidos, e James Glassman, membro do AEI e colunista de finanças do Washington Post. Neste artigo apontam que 44% do déficit comercial dos Estados Unidos são com os países em desenvolvimento e alertam que uma retração do comércio global prejudicaria principalmente esses países.

Raramente na história uma nação exerceu tanto domínio na economia mundial como os Estados Unidos nos dias de hoje. Em 2002, a produção de bens e serviços do país – isto é, o Produto Interno Bruto (PIB) – foi superior a US\$ 10 trilhões. Esse valor é maior do que a soma do PIB dos cinco países subsequentes. Isso posto, os Estados Unidos, com 1/20 da população mundial, respondem por 1/3 da produção do planeta e por mais de 3/5 de seu crescimento (no ano passado).

A economia dos EUA é tão grande que a produção de suas áreas metropolitanas supera a de alguns países. Por exemplo, em 2002, o PIB de Chicago foi quase idêntico ao da Austrália. Apresentaram os mesmos valores de PIB: Boston e Taiwan, Dallas e Arábia Saudita, São Francisco e Hong Kong, Milwaukee e Paquistão.

É natural, portanto, que uma posição tão dominante às vezes provoque a inveja e a ira de outras nações, mas na verdade a economia não é um jogo de soma zero. Em um mundo interligado pelo comércio, os Estados Unidos ganham quando as outras nações prosperam – e as outras nações ganham quando os Estados Unidos prosperam.

O comércio é uma via de mão dupla. Os consumidores se beneficiam com as importações de produtos e serviços de melhor qualidade ou a preços

menores (ou ambos) do que os produzidos internamente. E os produtores (ou seja, empresários e empregadores) se beneficiam com as exportações que proporcionam mais consumidores para seus produtos e serviços.

Em 2002, os Estados Unidos importaram de países em desenvolvimento a expressiva soma de US\$ 317 bilhões. (Os EUA constituem o maior mercado individual de produtos de países em desenvolvimento). As exportações dos EUA para essas nações totalizaram US\$ 130 bilhões. Tanto as importações quanto as exportações são importantes, mas deve-se observar a diferença, ou seja, o déficit comercial resultante para os Estados Unidos: US\$ 187 bilhões. Isso equivale a 44% de todo o déficit comercial internacional do país no ano passado.

Em outras palavras, os Estados Unidos compram muito mais dos países em desenvolvimento do que vendem para eles. Vejamos alguns exemplos. No ano passado, as Filipinas exportaram para os Estados Unidos US\$ 11 bilhões e importaram US\$ 7 bilhões, resultando em um déficit (para os EUA) de US\$ 4 bilhões. As exportações da Malásia para os EUA excederam suas importações de produtos norte-americanos em US\$ 14 bilhões. O superávit da Coreia em transações comerciais com os Estados Unidos é de US\$ 13 bilhões e o do Brasil, US\$ 3 bilhões.

Pode ser uma surpresa, mas a alta tecnologia é atualmente o maior setor de exportação dos países em desenvolvimento. Tecnologia da informação e da comunicação representaram US\$ 450 bilhões nas exportações das nações em desenvolvimento – comparado a US\$ 235 bilhões de produtos do setor primário e US\$ 405 bilhões de produtos de baixa tecnologia.

Os Estados Unidos não só compram centenas de bilhões de dólares em produtos das nações em desenvolvimento como também investem pesadamente nesses países. Aproximadamente 3 dólares em cada 9 dólares de investimentos estrangeiros diretos na África são provenientes dos EUA – mais do que qualquer outro país (a França é o segundo investidor com 18% – menos da metade). Entre 1996 e 2000 (números mais recentes), os Estados Unidos investiram US\$ 9,2 bilhões na África, ao passo que a França investiu US\$ 4,4 bilhões e o Reino Unido, US\$ 3,3 bilhões.

Nos últimos 20 anos, a integração e a liberalização dos mercados financeiros permitiram que o capital fluísse para onde é mais bem aproveitado, com maiores benefícios em âmbito global. Um trabalho acadêmico publicado no início do ano, por Geert Bekaert e dois de seus colegas da Universidade de Columbia, revelou que "considerando um período de cinco anos as liberalizações do mercado de ações elevaram a média de crescimento econômico real em 1% ao ano". Esse número, segundo os autores, "é surpreendentemente alto" (afinal, as médias de crescimento do PIB são de cerca de 3% ao ano). "Liberalização" significa que investidores estrangeiros podem investir em valores mobiliários de outros países – seus títulos e ações. Os pesquisadores descobriram também que os países que mais ganharam com a liberalização foram aqueles que estiveram muito defasados, mas se desenvolveram com a implementação de reformas macroeconômicas – como os países em desenvolvimento.

Por exemplo, nos cinco anos posteriores à liberalização, o PIB da Índia cresceu em média 5,7% ao ano, comparado a 3,2% nos cinco anos anteriores à liberalização. Na Tailândia o crescimento médio, nos cinco anos após a liberalização de seus mercados de valores mobiliários, foi de 8,7% ao ano e de 3,5% no período anterior. Com certeza, nem todas as nações em desenvolvimento apresentaram essas taxas de crescimento, mas os países médios as alcançaram e os resultados são poderosos.

Outra vez, investimento é uma via de mão dupla. Por ser um país relativamente estável e seguro para investir, os Estados Unidos tornaram-se um enorme paraíso para os investimentos de capital estrangeiro (em ações, títulos, imóveis, e empresas). Essas entradas de capital fornecem o suporte necessário para importações, de modo que o país consegue sustentar esses grandes déficits comerciais. Empresários e investidores estrangeiros frequentemente utilizam a renda gerada pelos investimentos feitos nos EUA para iniciar ou expandir negócios em seus próprios países. Os Estados Unidos devem ser vistos como a locomotiva que impulsiona a economia mundial.

O sucesso dos Estados Unidos não foi proveniente de seus recursos naturais ou de sua grande população, mas de seu sistema de livre mercado que permite à população, quer individualmente ou em grupos, fazer suas próprias escolhas (onde trabalhar, o que comprar, o que pagar), com o mínimo de interferência do governo. Capital e trabalho se deslocam para onde são mais eficientes. Não é por acaso que estudos indicam uma correlação direta entre o quanto uma economia é livre e o quanto é bem-sucedida.

O comércio liberalizado – por meio de amplos acordos multilaterais, regionais ou bilaterais – é o ingrediente-chave da receita para a prosperidade. E os benefícios para os países em desenvolvimento são ainda maiores – em termos proporcionais – do que para os Estados Unidos. As novas negociações comerciais globais, se tiverem êxito, gerarão aumentos de renda entre US\$ 90 bilhões e US\$ 190 bilhões por ano para aqueles países, segundo estudo realizado por Joseph Francois da Universidade Erasmus, em Roterdã. Uma pesquisa recente do Banco Mundial revelou que os países em desenvolvimento que abraçaram a globalização cresceram 3,5 vezes mais rápido do que os que não o fizeram. Como disse Kofi Annan, secretário-geral das Nações Unidas, "Os pobres são pobres não pelo excesso de globalização, mas pela sua ausência".

A liberalização do comércio implementada na Rodada Uruguaí é uma boa ilustração. Nos seis anos posteriores à Rodada, as exportações dos países em desenvolvimento cresceram US\$ 1 trilhão, totalizando US\$ 2,4 trilhões em 2002. No mesmo período, os Estados Unidos aumentaram suas importações desses países em 82%. O motivo não é

difícil de adivinhar: 3/5 dessas importações entraram nos Estados Unidos isentos de impostos.

Um pré-requisito essencial para o crescimento econômico de longo prazo é a plena participação no sistema global de economia e comércio. O orçamento para assistência alimentar da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), neste ano, é de US\$ 1,2 bilhão – US\$ 850 milhões a mais do que em 2002. Os Estados Unidos são o maior doador para as atividades do Programa Mundial de Alimentação no sul da África, e a Usaid forneceu recentemente financiamento para assistência emergencial na América Central, Sudão e outras regiões do mundo. Além disso, instituições beneficentes privadas dos Estados Unidos, como a Fundação Bill & Melinda Gates, destinam bilhões de dólares para combater a fome e a pobreza.

A noção de que os países ricos e as grandes empresas são os principais beneficiários do livre comércio global é um total contra-senso. Os Estados Unidos poderiam continuar prosperando caso se retrassem do palco do comércio mundial.

Ainda que cessasse com todo o tipo de transação comercial internacional, o país continuaria a usufruir de um alto padrão de vida, com um PIB de mais de US\$ 30 mil per capita. O padrão de vida norte-americano poderia cair dos níveis atuais para os de meados da década de 1990. Isso é tudo. Mas se o comércio internacional parasse ou mesmo desacelerasse, os países em desenvolvimento ficariam arruinados. Os cidadãos não poderiam mais adquirir produtos de qualidade a preços competitivos. As nações menores não conseguiriam mais expandir seus mercados em grande escala.

Mas os Estados Unidos têm consciência das responsabilidades decorrentes do fato de serem a maior economia do mundo. Ao permitir às nações estrangeiras acesso a seus mercados internos – e pressionando outras para que façam uma abertura ainda maior – o país tornou-se um colaborador fundamental do crescimento dos países em desenvolvimento. ☺

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos Estados Unidos..

PIB das principais áreas metropolitanas dos EUA em relação a países específicos

Classificação	Área metropolitana	PIB (US\$ bilhões)	País	PIB (US\$ bilhões)
1	Nova York, NY	523,43	Índia	502,42
2	Chicago, IL	389,46	Austrália	399,09
3	Los Angeles-Long Beach, CA	373,77	Austrália	399,09
4	Boston, MA-NH	285,92	Taiwan	281,51
5	Washington, DC-MD-VA-WV	282,18	Taiwan	281,51
6	Houston, TX	212,88	Áustria	206,2
7	Filadélfia, PA	210,6	Áustria	206,2
8	Atlanta, GA	210,2	Áustria	206,2
9	Dallas, TX	195,72	Arábia Saudita	190,98
10	Detroit, MI	179,31	Turquia	182,83
11	São Francisco, CA	155,56	Hong Kong	162,98
12	San Jose, CA	153,49	Hong Kong	162,98
13	Minneapolis-St. Paul, MN-WI	145,6	Grécia	133,24
14	Seattle-Bellevue-Everett, WA	138,18	Grécia	133,24
15	Orange County, CA	137,73	Grécia	133,24
16	Phoenix-Mesa, AZ	132,38	Finlândia	132,23
17	San Diego, CA	119,26	Irlanda	121,8
18	Newark, NJ	109,41	Irã	106,39
19	Oakland, CA	108,7	Irã	106,39
20	Baltimore, MD	106,33	Irã	106,39

Fonte: The Dismal Scientist – Economy.com

Oriente Próximo & Norte da África	PIB (US\$ bilhões)	Área metropolitana	PIB (US\$ bilhões)
Arábia Saudita	190,98	Dallas, TX	195,72
Irã	106,39	Baltimore, MD	106,33
Emirados Árabes Unidos	71,24	Riverside-San Bernardino, CA	70,26
Paquistão	65,14	Milwaukee-Waukesha, WI	64,19
Argélia	54,15	Fort Lauderdale, FL	54,39
Kuwait	33,22	Omaha, NE-IA	33,52
República Árabe da Síria	22,14	Des Moines, IA	22
Tunísia	21,25	Ann Arbor, MI	21,3
Líbia	19,74	Columbia, SC	20,08
Líbano	17,33	Bakersfield, CA	17,47
Catar	17,26	Fort Wayne, IN	17,12
Iêmen	10,04	Springfield, MO	10,02
Jordânia	9,3	Tallahassee, FL	9,27
Bahrein	8,51	Newburgh, NY	8,56

Fonte: The Dismal Scientist – Economy.com

LIBERANDO OS VENTOS DO COMÉRCIO: UMA ABORDAGEM BÁSICA

Embaixador Robert B. Zoellick

Representante de Comércio dos Estados Unidos



Conseguir a prática do livre comércio em todo o globo é uma tarefa assustadora. Mas os Estados Unidos estão empenhados, diz o embaixador Robert B. Zoellick, representante de Comércio dos EUA e membro do gabinete do presidente Bush. Ele conduziu as conversações do Nafta e da Rodada Uruguai no Departamento de Estado, entre 1989 e 1992. Este texto é uma adaptação de artigo escrito para a revista The Economist, edição de 7-13 de dezembro de 2002.

A medida que o primeiro mandato do presidente Bush chega à metade, vão mudando os comentários a respeito da política comercial do país. O debate agora é sobre como — e não se — os Estados Unidos estão fazendo o livre comércio avançar.

Os Estados Unidos manifestaram suas intenções claramente. Promoveremos o livre comércio em âmbito mundial, regional e bilateral, ao mesmo tempo em que reconstruiremos o apoio interno. Avançando em frentes múltiplas, os Estados Unidos podem exercer sua influência a favor da abertura, maior concorrência na liberalização, voltar a atenção para as necessidades dos países em desenvolvimento e gerar uma nova dinâmica política, colocando o livre comércio na ofensiva.

As políticas comerciais norte-americanas estão vinculadas às nossas mais amplas metas econômicas, políticas e de segurança. Essa integração intelectual pode confundir alguns acadêmicos especializados em Comércio, mas segue o exemplo dos arquitetos da reconstrução após 1945. De fato, suas raízes estendem-se aos manifestantes que lançaram o chá inglês ao mar no porto de Boston. Para que possamos ser sustentáveis internamente, nossa estratégia comercial precisa estar alinhada com os valores e as aspirações dos Estados Unidos e com nossos interesses econômicos. E para exercermos influência no exterior, procuramos ouvir nossos parceiros comerciais, grandes e pequenos, e aprender com eles. Para liderar na esfera global, o presidente Bush reconheceu que tinha de reverter o distanciamento

existente dentro do país com relação à política comercial. Qualquer presidente dos Estados Unidos que esteja granjeando apoio ao comércio precisa vencer protecionistas, grupos de interesses especiais, niilistas contrários à globalização e o partidarismo contra o presidente. Contudo, o presidente não se deixou desviar pela retração econômica nem pelo terrorismo. Pressionou o Congresso para aprovar a Lei de Comércio de 2002, reinstituindo, desse modo, a indispensável autoridade comercial ("fast track"), que deixara de vigorar há oito anos. Os republicanos entraram em acordo com os democratas favoráveis ao comércio sobre uma agenda comercial voltada para o meio ambiente e o trabalho, sem deixar de lado as preocupações sobre soberania e protecionismo. A lei incluiu uma grande quantia inicial imediata de comércio aberto para os mais necessitados, zerando as tarifas para um valor estimado de US\$ 20 bilhões em importações pelos EUA do mundo em desenvolvimento.

Para reconstruir uma coalizão no Congresso, o governo teve de demonstrar que os Estados Unidos seguiriam as normas internacionais para buscar seus interesses. Uma vez que a média das tarifas comerciais ponderadas dos Estados Unidos é apenas cerca de 1,6%, o apoio do Congresso a barreiras inferiores depende da disposição do Executivo de usar as mesmas regras empregadas pelos outros países. Um líder republicano no Senado disse-me que o desempenho do governo ao fazer cumprir regras internacionais era o argumento mais convincente para conceder ao presidente mais autoridade para negociar. Liderando internamente a luta por um comércio mais livre, segundo um sistema de regras internacionais

exequíveis, o presidente Bush fortaleceu a capacidade de os Estados Unidos promoverem o livre comércio no exterior.

A TAREFA DE DOHA

Assumindo o cargo no momento em que o fez, logo após o fracasso da Organização Mundial do Comércio em Seattle, o governo Bush reconheceu a importância de lançar uma nova rodada de comércio global. Trabalhando com a União Européia (UE) e outros — e em condições desfavoráveis — ajudamos a lançar a Agenda de Desenvolvimento de Doha (Doha Development Agenda - DDA). A própria OMC foi fortalecida com o ingresso da China e de Taiwan, e há esforços em andamento para a entrada da Rússia em breve.

Os Estados Unidos estão totalmente comprometidos a concluir a DDA até o prazo acertado de 2005. Já apresentamos propostas abrangentes para agricultura, bens industriais e de consumo e serviços, visando destacar o objetivo principal da OMC: abrir acesso a mercados e impulsionar o crescimento e o desenvolvimento.

A meta dos Estados Unidos nas negociações agrícolas é harmonizar os subsídios e as tarifas e, ao mesmo tempo, reduzi-los drasticamente para níveis bem mais baixos rumo à eliminação. A última negociação comercial global — a Rodada Uruguai — aceitou níveis altos e assimétricos de subsídios e tarifas para mantê-los sob controle. Por exemplo, os Estados Unidos aceitaram um teto para os subsídios da União Européia que distorcem a produção três vezes superior ao seu próprio limite, apesar de a agricultura representar aproximadamente a mesma proporção de nossas economias.

A lei agrícola — que autorizou até US\$ 123 bilhões em todos os tipos de gastos agrícolas, de conservação e com cupons-alimentação durante seis anos, quantia dentro dos limites da OMC — deixou claro que os Estados Unidos não reduzirão os incentivos agrícolas de forma unilateral. Mas os agricultores e o Congresso dos Estados Unidos apóiam nossa proposta de que todas as nações devem reduzir em conjunto. Os Estados Unidos desejam eliminar a maior parte dos subsídios à exportação, pagamentos vultosos que distorcem o comércio agrícola. Cortaríamos cerca de US\$ 100

bilhões de subsídios globais que distorcem a produção agrícola interna, resultando em um corte drástico de quase metade do nosso limite. Reduziríamos a tarifa agrícola média global de 60% para 15% e a média norte-americana de 12% para 5%. Os Estados Unidos também defendem o acerto de uma data para a eliminação total das tarifas e dos subsídios que distorcem o comércio agrícola.

Nossa proposta para produtos manufaturados isentaria o mundo das tarifas sobre esses bens a partir de 2015. Esse foi o primeiro setor comercial visado pelos fundadores do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt) em 1947; após mais de 50 anos de trabalho, aproximadamente metade do comércio mundial de bens livrou-se das tarifas. É hora de terminar o serviço.

Com tarifas zero, os setores industriais dos países em desenvolvimento poderiam competir de forma justa. A proposta eliminaria as barreiras entre os países em desenvolvimento, que pagam entre si 70% de suas tarifas sobre produtos manufaturados. Com a eliminação das barreiras ao comércio de produtos agrícolas e manufaturados, a renda do mundo em desenvolvimento poderia aumentar mais de US\$ 500 bilhões.

A proposta dos EUA sobre o comércio de serviços ampliaria as oportunidades de crescimento e desenvolvimento de um setor que começa a decolar na economia internacional. O setor de serviços representa cerca de dois terços da economia dos EUA e 80% do nosso emprego, mas é responsável por apenas 20% do comércio mundial. O Banco Mundial ressaltou que somente a eliminação das barreiras aos serviços nos países em desenvolvimento lhes renderia um ganho de US\$ 900 bilhões.

Os Estados Unidos ouvem as preocupações dos países em desenvolvimento que se esforçam rumo ao livre comércio. Neste ano, destinamos US\$ 638 milhões para ajudar esses países a se capacitarem para participar das negociações comerciais, implementar as regras e aproveitar as oportunidades. Atuamos em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para integrar o comércio e as finanças e estamos insistindo para que o Banco Mundial e o FMI respaldem sua retórica comercial com recursos.

Acertamos em Doha que a flexibilidade nas normas globais de propriedade intelectual poderia ser usada para permitir que países pobres licenciem medicamentos de forma compulsória para tratar de HIV/Aids, tuberculose, malária e outras epidemias. Também estamos comprometidos a ajudar esses Estados e regiões pobres a obter remédios produzidos no exterior — caso não consigam fabricá-los localmente —, desde que outros países com indústrias farmacêuticas não transformem essas condições especiais em brechas para contornar a proteção à propriedade intelectual, que contempla a pesquisa de medicamentos do futuro.

As negociações de Doha incluem tratamento especial aos países em desenvolvimento. Entretanto, transições flexíveis e necessidades especiais não devem se degenerar em protecionismo perpétuo. As “boas intenções” que encobrem as barreiras comerciais elevam os preços para as pessoas mais pobres, beneficiam interesses protegidos, aumentam os custos das empresas competitivas e bloqueiam as exportações de empresas produtivas e de trabalhadores para outros países em desenvolvimento. Estamos satisfeitos com o fato de organizações não-governamentais (ONGs), a exemplo da Oxfam, agora reconhecerem os benefícios do comércio ao desenvolvimento, mas elas precisam admitir que esses benefícios resultam da remoção das barreiras às importações, bem como da promoção das exportações e da concorrência interna. A OMC pode fomentar o crescimento voltado para a exportação nos países em desenvolvimento sem reviver os padrões comerciais neocolonialistas promovidos pela geração anterior.

EUROPA COMO PARCEIRA

Como me disse recentemente um ministro africano, quando os Estados Unidos e a UE concordam com determinado rumo na OMC, não podemos garantir sucesso, mas o tornamos muito mais provável. Felizmente, não tenho dúvida de que meu respeitado e grande colega Pascal Lamy, comissário de Comércio da UE, está tão empenhado quanto eu em concluir as negociações de Doha na data prevista.

Os Estados Unidos e a UE têm o objetivo comum de liberalizar o comércio, mas vêm buscando abordagens diferentes. Pelo léxico da UE, os

Estados Unidos estão pressionando para “aprofundar” o papel da OMC, mediante a liberalização do comércio com a agenda básica de acesso a mercados. A agenda distintiva da UE é “ampliar” o mandato da OMC, desenvolvendo novas regras para incluir mais tópicos. Como observou um colega asiático, a UE enxerga o mundo pela lente da recente experiência europeia: deseja alcançar gradualmente um sistema supranacional de governança para a globalização. No entanto, muitos países em desenvolvimento não querem acrescentar nenhum tópico novo à OMC, acreditando que nossa prioridade deveria ser impulsionar mais comércio e investimento. Há o risco de que a UE barganhe reduções nas barreiras para acrescentar regras e instituições.

Em Doha, os Estados Unidos ajudaram a reduzir as diferenças entre “aprofundadores” e “ampliadores” porque a UE precisa avançar sua agenda mais ampla para conseguir movimentar a agricultura, o que é crucial para muitos países em desenvolvimento. Os Estados Unidos continuarão a trabalhar no sentido de conciliar os objetivos da UE, desde que a UE esteja empenhada em liberalizar o comércio agrícola, de bens e de serviços. Precisamos garantir que quaisquer regras ou tópicos novos de negociação fortaleçam os livres mercados, aumentem a transparência na OMC, facilitem o comércio e, ao mesmo tempo, respeitem as prerrogativas dos Estados soberanos. Outra perspectiva europeia também deveria estar em mente — a “ordem espontânea” de Hayek, segundo a qual as regras deveriam ser estabelecidas primeiro pelo mercado, e não pelos controles governamentais.

Mesmo que os Estados Unidos e a Europa cooperem, ainda será difícil cumprir a agenda de Doha. (Infelizmente, a abordagem mercantilista de comércio em que um ganha à custa do outro, adotada pelo Japão, é caracterizada por sua recente proposta agrícola que defendeu o corte de sua cota de arroz importado.) É animador encontrar uma rede de ministros de Comércio, tanto de países desenvolvidos quanto em desenvolvimento, trabalhando juntos.

E, ainda, qualquer decisão da OMC exige consenso entre seus 144 membros. Qualquer país — por qualquer razão política ou econômica — pode interromper o andamento da agenda de Doha. Não aceitaremos de maneira passiva impedimentos à trajetória dos EUA rumo aos mercados abertos. Queremos encorajar reformistas favoráveis ao livre

comércio. Se outros não quiserem avançar, os Estados Unidos avançarão com aqueles que querem fazê-lo. É hora de os outros nos dizerem quando estarão prontos para abrir seus mercados, apresentar propostas para a liberalização e conciliar suas críticas com compromisso.

Alguns especialistas em comércio criticam o uso que os EUA fazem de sua influência para estimular maior abertura. Eu os conclamo a ampliarem suas perspectivas. Queremos fortalecer a via da coalizão, pressionando por um mercado mais livre. Seria desastroso dar a liderança aos “pessimistas de plantão” externos e aos protecionistas internos. Como temos visto na Liga das Nações, na ONU, no Fundo Monetário Internacional e no Banco Mundial, as organizações internacionais precisam de líderes para fazê-las agir.

O NAFTA E OS ALCs

Para multiplicar a probabilidade de sucesso, os Estados Unidos também estão envidando esforços para acordos de livre comércio (ALCs) regionais e bilaterais. Esses acordos podem fomentar vínculos poderosos entre o comércio, a reforma econômica, o desenvolvimento, os investimentos, a segurança e as sociedades livres. O Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) não somente quase triplicou o comércio dos Estados Unidos com o México e quase duplicou o comércio com o Canadá, como também tornou seus três membros mais competitivos em âmbito internacional. O Nafta definitivamente provou que ambos os grupos de países, em desenvolvimento e desenvolvidos, ganham com parcerias de livre comércio. Esse acordo possibilitou ao México recuperar-se rapidamente de sua crise financeira de 1994, abriu-lhe o caminho da concorrência na economia global e lhe deu sustentação para transformar-se em uma sociedade democrática aberta.

Ironicamente, várias publicações européias que criticaram a “liberalização competitiva” norte-americana por meio de negociações de livre comércio regionais e bilaterais foram notadamente omissas quando a UE negociou 30 desses acordos; os Estados Unidos têm apenas três, mas trabalhamos com afinco.

Desde que o Congresso concedeu ao presidente a autoridade do fast-track, os Estados Unidos já assinaram acordos de livre comércio com Cingapura e Chile e iniciaram conversações para ALCs com as cinco nações da Comunidade Econômica Centro-Americana, os cinco países da União Aduaneira da África Austral, o Marrocos e a Austrália. Ajudamos a impulsionar as negociações entre 34 democracias para criar a Área de Livre Comércio das Américas. Presidiremos esses esforços, juntamente com o Brasil, até que as negociações sejam concluídas com sucesso.

Nossa agenda de livre comércio transmite sinais. Estamos abertos para o livre comércio com todas as regiões – América Latina, África Subsaariana, Ásia-Pacífico, mundo árabe — e com as economias desenvolvidas e em desenvolvimento. Queremos expandir os vínculos comerciais com esses países. Igualmente importante, todos os nossos parceiros de livre comércio, embora variem muito em porte e desenvolvimento, estão mostrando coragem política interna ao defenderem a abertura de mercados e associarem essa idéia com reformas econômicas. Esses são governos que queremos ajudar.

Uma publicação européia afirmou recentemente que os Estados Unidos “têm pouco a oferecer a outros países” porque suas barreiras já são relativamente baixas. Mas os “testes de mercado” provam o equívoco de tal comentário, à medida que os países se alinham para negociar ALCs. Os países reconhecem que o acesso garantido ao enorme e dinâmico mercado norte-americano é um bem econômico valioso. Como os ALCs dos Estados Unidos são abrangentes e de alto padrão, nossos parceiros de livre comércio destacam-se como bons lugares para investimentos, como fortes vínculos em uma cadeia de fornecedores globais ou simplesmente como mercados promissores para se fazer negócios.

Trabalharemos com nossos parceiros de ALCs — por meio da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) e com bancos multilaterais de desenvolvimento — para vincular a liberalização às reformas setoriais. Por exemplo: temos discutido com o Marrocos sobre como apoiar a mudança no país, com a ajuda do Banco Mundial, da produção de cereais à exportação de frutas e hortaliças. Para a África do Sul e a América Central, nossos ALCs podem estimular a integração regional, a redução de barreiras locais à competitividade da

região, o desenvolvimento de um mercado maior para investimento e a maior cooperação política. Muitos outros países estão trabalhando conosco em reformas comerciais e de mercado apenas para se prepararem para um ALC.

Como mostrou nosso ALC com Cingapura, nossos acordos também servem como modelo para abrir novos campos e estabelecer padrões mais altos. O ALC EUA-Cingapura ajudará a avançar em áreas como comércio eletrônico, propriedade intelectual, normas trabalhistas e de proteção ambiental e no florescente comércio de serviços. À medida que trabalhamos mais intensamente com as nações nos ALCs, estamos nos inteirando das perspectivas dos bons parceiros comerciais. Nossos parceiros de livre comércio são a vanguarda de uma nova coalizão global de mercados abertos.

Eles também nos ajudam a ampliar o apoio ao livre comércio em nosso país. Cada rodada de conversações permite que os legisladores e o público vejam os benefícios práticos de um comércio mais aberto, geralmente com sociedades de especial interesse por razões históricas, geográficas, de segurança ou outros vínculos. Há

um velho adágio na política norte-americana: “Não se consegue conquistar algo sem nada em troca”. Queremos que o debate dos EUA seja centrado em nossa agenda de abertura de mercados, não no dogma defensivo de fechá-los abraçado pelos protecionistas.

Qualquer que seja a causa — democracia, segurança, integração econômica ou livre mercado — os defensores da reforma muitas vezes precisam mover-se passo a passo na direção de um objetivo abrangente, trabalhando com parceiros dispostos, construindo coalizões e ampliando gradativamente o círculo de cooperação. Assim como os mercados comerciais modernos dependem da integração de redes, precisamos de uma teia de acordos comerciais que se reforcem entre si para enfrentar diversos desafios comerciais, econômicos, de desenvolvimento e políticos. Os Estados Unidos estão aliando essa abordagem básica de livre comércio a um compromisso claro de reduzir as barreiras mundiais ao comércio por meio da OMC. Utilizando a influência do porte da economia dos EUA e de sua atratividade para estimular a concorrência para a abertura, faremos o mundo aproximar-se da meta de um livre comércio abrangente. ☺

ESFORÇO GLOBAL PARA ELIMINAR O FINANCIAMENTO AO TERRORISMO

Jimmy Gurulé

Professor de Direito da Escola de Direito da Universidade de Notre Dame



O sucesso definitivo na luta contra aqueles que poderão cometer atos terroristas exige o apoio ativo de todas as nações, diz Jimmy Gurulé, professor da Escola de Direito de Notre Dame e ex-subsecretário do Tesouro durante os dois primeiros anos do governo Bush. Segundo Gurulé, alianças internacionais para combater o terrorismo são cruciais uma vez que a imensa maioria dos bens e do dinheiro dos terroristas está fora dos Estados Unidos: "As redes de financiamento do terrorismo são globais e, portanto, os esforços para identificar e impedir seu acesso aos fundos também devem ser globais".

Depois dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, um aspecto essencial da estratégia do governo norte-americano para combater o terrorismo vem sendo a identificação, ruptura e desmantelamento das redes que financiam organizações terroristas. O esforço global para acabar com o financiamento ao terrorismo é, na essência, uma estratégia preventiva. Simplificando, se os Estados Unidos, com o apoio da comunidade global, forem capazes de impedir a transferência do dinheiro necessário ao financiamento de atos terroristas, essa ação poderá impossibilitar a perpetração de futuros atos terroristas e, como consequência, evitar o assassinato de milhares de pessoas inocentes.

Em discurso divulgado em 24 de setembro de 2001, o presidente George W. Bush declarou com todas as letras que a guerra contra o terrorismo seria travada em termos financeiros:

Hoje, lançamos o primeiro ataque à infraestrutura financeira da rede global do terror. . . Destinaremos todos os recursos ao nosso alcance para vencer a guerra contra os terroristas; todos os meios diplomáticos, todos os dispositivos de inteligência, todos os instrumentos de aplicação da lei, toda a influência financeira. Privaremos os terroristas de fundos, colocaremos uns contra os outros, faremos com que saiam de seus esconderijos seguros e os levaremos à justiça.

BASE LEGAL DOS EUA PARA AÇÕES DE COMBATE AO TERRORISMO

Em 23 de setembro de 2001, o presidente lançou o primeiro ataque aos patrocinadores do terror com a emissão do Ato do Poder Executivo 13224. Esse ato, emitido com base na autoridade da International Emergency Economic Powers Act (IEEPA), uma lei de poderes econômicos internacionais para situações de emergência, declarou emergência nacional os atos e as ameaças praticados por terroristas estrangeiros contra os Estados Unidos. O ato permite aos Estados Unidos congelar bens sob sua jurisdição e proíbe transações de cidadãos norte-americanos com qualquer pessoa ou entidade identificada em razão de suas ligações com terroristas ou organizações terroristas. Especificamente, o ato autoriza o bloqueio de todos os bens e transações, nos EUA, de pessoas, organizações ou entidades estrangeiras identificadas pelo presidente, pelo secretário de Estado ou pelo secretário do Tesouro como suspeitas de cometer ou vir a cometer atos terroristas que ameacem a segurança nacional, a política externa ou a economia do país. O ato também permite o bloqueio de propriedades de pessoas que concedam apoio ou estejam de alguma forma ligadas a quaisquer das pessoas estrangeiras especificadas e proíbe os cidadãos norte-americanos de fazer negócios com elas. O Ato do Poder Executivo 13224 inclui um anexo que relaciona 27 organizações e pessoas cujos bens estão bloqueados por suas ligações com o terrorismo.

RESULTADOS

Com base no Ato do Poder Executivo 13224, foram bloqueados US\$ 138 milhões em bens de 281 pessoas e entidades. Esse total inclui os bens de líderes de organizações como Osama bin Laden, seus principais auxiliares e agentes, patrocinadores e intermediários do terrorismo do mundo inteiro. Além disso, o Ato do Poder Executivo aplica-se a todos os terroristas do universo e inclui a Al Qaeda e outras organizações terroristas como Real IRA, Sendero Luminoso, ETA, Movimento Islâmico do Turquistão Oriental, Hamas e Hezbollah, entre outras. Dos US\$ 138 milhões, US\$ 36,4 milhões foram bloqueados nos Estados Unidos até julho de 2003. A comunidade internacional é responsável pelo bloqueio de US\$ 101,6 milhões.

Entretanto, o avanço da guerra contra o financiamento ao terrorismo não pode ser mensurado somente pelos milhões de dólares de ativos bloqueados. Como consequência da divulgação pública de nomes, a utilização do sistema bancário internacional já não é segura para os terroristas. Assim, eles precisam recorrer a meios não convencionais, menos seguros e mais facilmente identificáveis para transferência global de dinheiro.

Esses esforços de combate ao financiamento do terrorismo têm produzido um efeito inibidor. Muitos que formalmente concediam apoio financeiro recuaram com medo de ser apontados como terroristas e ter suas contas bancárias congeladas. Além disso, redes inteiras de financiamento ao terrorismo foram desmanteladas, tornando mais difícil às organizações levantar dinheiro para financiar suas operações. Como exemplo, em novembro de 2001, os EUA bloquearam os bens da *Benevolence Internacional Foundation*, entidade beneficente islâmica corrupta que por anos arrecadou dinheiro para a Al Qaeda.

ESFORÇOS INTERNACIONAIS

As redes de financiamento ao terrorismo são globais e, portanto, os esforços para identificar e impedir o acesso dos terroristas ao dinheiro também devem ser globais. Ademais, como o imenso volume dos bens, fluxos de caixa e provas estão fora dos EUA, as alianças internacionais para combater o

terrorismo são fundamentais. Reconhecendo a importância da cooperação internacional, os Estados Unidos têm trabalhado não apenas por meio das Nações Unidas no bloqueio de ativos, mas também com organizações multilaterais e em bases bilaterais para promover padrões internacionais e estabelecer protocolos para combater o financiamento ao terrorismo. Vale a pena destacar ainda que atualmente 172 países e jurisdições emitiram ordens de bloqueio contra alguns ou todos os nomes de financiadores do terrorismo constantes na lista do Tesouro.

NAÇÕES UNIDAS

As Nações Unidas têm desempenhado um papel crucial na estratégia global para privar os terroristas de recursos. Em 28 de setembro de 2001, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou por unanimidade a Resolução (UNSCR) 1373, exigindo que todos os Estados membros "congelassem de imediato verbas e outros ativos financeiros ou recursos econômicos de pessoas que cometam ou tentem cometer atos terroristas".

Em 16 de janeiro de 2002, o Conselho de Segurança adotou a Resolução 1390, que modifica e mantém as sanções internacionais contra o Taleban, Osama bin Laden e a Al Qaeda, como estabelecido pelas Resoluções das Nações Unidas 1267 (1999) e 1333 (2000). A Resolução 1267 foi adotada em 15 de outubro de 1999 e tinha por alvo o Taleban, com o congelamento de seus fundos e outros recursos financeiros, bem como os de qualquer entidade de sua propriedade ou sob seu controle. Em 19 de dezembro de 2000, o Conselho de Segurança adotou a Resolução 1333, exigindo que os Estados membros congelassem "de imediato" os fundos e outros ativos financeiros de Osama bin Laden e dos associados da Al Qaeda.

A Resolução 1267 criou também um Comitê de Sanções das Nações Unidas, formado por todos os membros do Conselho de Segurança, que se revelou um mecanismo muito útil no congelamento em âmbito internacional dos bens do Taleban, Osama bin Laden, Al Qaeda e de outras pessoas ou entidades ligadas ou associadas a eles. Os nomes das pessoas e entidades alvo são apresentados ao Comitê de Sanções para que os inclua na sua lista de terroristas e financiadores do terrorismo. Uma vez que um nome seja colocado na lista das Nações Unidas, os Estados

membros são obrigados a congelar os fundos e os bens dessa pessoa ou organização em seus respectivos países.

Os Estados Unidos têm trabalhado com o Comitê de Sanções criado pela Resolução 1267. Por exemplo, antes de serem apontados publicamente com base no Ato do Poder Executivo 13224, os nomes de pessoas e entidades são apresentados ao Comitê de Sanções 1267 pela Missão dos EUA nas Nações Unidas. Se nenhum dos membros do Comitê de Sanções fizer objeção, os nomes apresentados pelo governo norte-americano são adicionados à lista das Nações Unidas, e os bens dos suspeitos de financiar o terrorismo são bloqueados no mundo todo.

UNIÃO EUROPEIA

A União Européia e os Estados Unidos têm trabalhado juntos para assegurar que os financiadores do terrorismo apontados por um dos lados também sejam apontados pelo outro. Em agosto de 2002, por exemplo, Itália e Estados Unidos se uniram para apresentar ao Comitê de Sanções das Nações Unidas 25 nomes de pessoas e entidades ligadas à organização Al Qaeda para que seus bens fossem congelados no mundo todo. Além disso, em fevereiro de 2002, os Estados Unidos se uniram à Espanha para apontar 21 nomes de pessoas ligadas ao grupo terrorista basco ETA.

G-7/G-8

Os ministros da Fazenda e os dirigentes dos Bancos Centrais do Grupo dos Sete (G7), formado por EUA, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Itália e Canadá, vêm desempenhando importante papel no combate ao financiamento do terrorismo. O G-7 lançou um Plano de Ação em 6 de outubro de 2001. Em abril de 2002, apresentou uma lista de 10 nomes às Nações Unidas para que os bens daquelas pessoas fossem congelados em todo o mundo e, em setembro de 2002, emitiu um relatório sobre o combate do financiamento ao terrorismo ao longo de um ano.

Em junho de 2002, os ministros das Relações Exteriores do G-8 (países do G-7 e a Rússia) endossaram um conjunto revisado de recomendações sobre combate ao terrorismo que previa um compromisso para a total implementação

da Resolução UNSCR 1373 e oito recomendações especiais para a Força-Tarefa de Ação Financeira (Financial Action Task Force - FATF) sobre o assunto.

FATF

Outro bom exemplo da cooperação internacional na guerra contra o financiamento ao terrorismo é a Força-Tarefa de Ação Financeira (FATF). A FATF é o principal órgão internacional dedicado ao estabelecimento de normas legais e reguladoras e medidas para combater a lavagem de dinheiro. Criada pelo G-7, em 1989, a FATF tem atualmente 31 Estados membros em cinco continentes. Seu documento fundamental, as 40 Recomendações da FATF, apresenta um conjunto de normas internacionais para os países estabelecerem um sistema eficiente de combate à lavagem de dinheiro.

Após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, a FATF expandiu seu mandato incluindo o financiamento ao terrorismo. Especificamente, a FATF elaborou oito recomendações especiais que, quando combinadas com as 40 Recomendações, estabelecem a estrutura básica para detectar, evitar e eliminar o financiamento ao terrorismo. Uma das oito recomendações especiais incentiva os países a implementar legislação que autorize o confisco de fundos destinados ao financiamento do terrorismo. A FATF monitora o cumprimento às suas recomendações. Ela solicitou a países membros e não membros que respondessem a um questionário sobre a observância às suas recomendações e está avaliando as necessidades de assessoria técnica a esses países.

Recentemente, a FATF criou um Grupo de Trabalho sobre Financiamento ao Terrorismo para supervisionar as atividades da FATF que financiam o combate ao terrorismo. Atualmente o Grupo de Trabalho é presidido por Estados Unidos e Espanha.

ESFORÇOS BILATERAIS

Os Estados Unidos vêm trabalhando de forma bilateral com vários outros países no combate ao financiamento do terrorismo. Os esforços de colaboração com países do Oriente Médio, por exemplo, resultaram na aprovação — nos Emirados Árabes Unidos, Bahamas, Egito e Catar — de leis para combate à lavagem de dinheiro. O Kuwait e a

Arábia Saudita criaram organismos governamentais para supervisionar entidades beneficentes e evitar donativos financeiros abusivos. Além disso, em setembro de 2002, a Arábia Saudita aliou-se aos Estados Unidos para apresentar ao Comitê de Sanções 1267 o nome de um patrocinador saudita da Al Qaeda, possibilitando o congelamento de seus bens em todo o mundo.

OS FUTUROS DESAFIOS

Como nos aproximamos do segundo aniversário dos ataques hediondos de 11 de setembro de 2001, o desafio é fortalecer as bem-sucedidas iniciativas de

combate ao financiamento do terrorismo e desenvolver estratégias novas e criativas para privar os terroristas de recursos. A comunidade internacional precisa continuar a desempenhar um papel fundamental nesses esforços. Por fim, os países doadores islâmicos devem assumir um papel de liderança no desenvolvimento de políticas, procedimentos e regulamentos para controlar as entidades beneficentes islâmicas e evitar que sejam utilizadas para financiar atos de terror. 

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

PROMOÇÃO DE IDEIAS DEMOCRÁTICAS E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

UM FOCO DE LUZ: O ESFORÇO DOS ESTADOS UNIDOS PARA FORTALECER A DEMOCRACIA NO MUNDO

Paula J. Dobriansky

Subsecretária de Estado para Assuntos Globais



"Ao apoiar o desenvolvimento de democracias emergentes, os Estados Unidos buscam construir um mundo mais seguro e economicamente mais próspero, onde os indivíduos possam viver em liberdade e levar uma vida saudável e produtiva", afirma Paula Dobriansky, subsecretária de Estado para Assuntos Globais. Ao mesmo tempo, ela declara que os Estados Unidos procuram "pôr em foco aqueles governos que negam aos seus cidadãos as liberdades fundamentais e o próprio ideal de liberdade".

O modo de vida americano é fundamentado nas liberdades básicas do ser humano e no ideal de liberdade, que são garantidos por um governo democrático. Reconhecendo a importância vital da democracia, os Estados Unidos assumiram com firmeza o compromisso de ajudar outros governos a percorrer a via do desenvolvimento democrático. Assim, o governo dos Estados Unidos, bem como os seus cidadãos, dedicam-se com afinco à tarefa de ajudar países do mundo inteiro a consolidar as instituições democráticas, apoiar as democracias emergentes e pôr em foco aqueles governos que negam aos seus cidadãos as liberdades fundamentais e o próprio ideal de liberdade.

A promoção da democracia não apenas favorece os cidadãos dos países beneficiários em todo o mundo, mas também ajuda outras nações democráticas e o sistema internacional. Ao expandir a comunidade global de democracias e apoiar o desenvolvimento de democracias emergentes, os Estados Unidos buscam construir um mundo mais seguro e economicamente mais próspero, onde os indivíduos possam viver em liberdade e levar uma vida saudável e produtiva.

A experiência nos ensina que as democracias constituem as parcerias mais fortes na promoção de paz e segurança, no apoio a mercados abertos e livres, na proteção aos direitos humanos e às liberdades fundamentais e no combate ao crime internacional e ao terrorismo. As democracias estão mais bem equipadas para prevenir crises

humanitárias criadas pelo próprio homem e possuem uma maior capacidade e disposição para fornecer oportunidades políticas, econômicas e cívicas aos seus cidadãos e, assim, possibilitar-lhes a realização de todo o seu potencial. As democracias são tolerantes e proporcionam o ambiente ideal para que as pessoas de religiões, crenças e culturas diferentes possam viver em paz. As democracias também cuidam melhor do meio ambiente e demonstram um comprometimento maior com o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza. Em outras palavras, o florescimento da democracia é do interesse de todos os habitantes do globo. Os Estados Unidos não são os únicos a alimentar essa crença e por isso compartilham esse esforço com inúmeros parceiros.

Os objetivos e valores democráticos podem ser estimulados de diferentes maneiras. O governo dos Estados Unidos reconhece e exalta as diversas faces da democracia à medida que esse sistema político vai se instalando em países com uma grande variedade de antecedentes étnicos, religiosos e culturais.

Embora os países democráticos se caracterizem pela diversidade, os elementos principais são consistentes e uniformes. As democracias protegem os direitos de todos os cidadãos e respeitam os direitos humanos e as liberdades fundamentais de todas as pessoas. As instituições democráticas trabalham em proveito dos cidadãos de um país, são obrigadas a prestar contas a seus cidadãos e funcionam de forma transparente.

O Estado de Direito guia as ações do governo e de seus cidadãos, estabelecendo as proteções e mecanismos

necessários para a resolução de conflitos. As ações governamentais são disseminadas por diferentes setores para evitar a concentração indevida nas mãos de um único indivíduo ou instituição. De forma mais ampla, a boa governança garante que os recursos de um país serão orientados de forma a beneficiar as populações carentes de diferentes maneiras, dando a cada um a liberdade de melhorar sua vida e de contribuir para a realização das aspirações de sua família e da sociedade a que pertence. Uma sociedade civil participativa – que inclui uma mídia livre, organizações não-governamentais ativas e cidadãos educados – é essencial para o desenvolvimento democrático como um todo e para o controle das ações dos governos. O reconhecimento da existência de uma esfera privada e da garantia de que ela não será tolhida por regulamentações governamentais é um atributo essencial para a criação de um sistema de liberdade com ordem.

O governo dos Estados Unidos utiliza diferentes ferramentas para expandir a comunidade global de nações democráticas e para ajudar as democracias emergentes. Assim, os Estados Unidos forneceram, no ano passado, mais de US\$ 700 milhões de ajuda aos esforços em prol da democracia e governança em todo o mundo, inclusive o treinamento de juízes e advogados, a capacitação de organizações não-governamentais, o apoio e a educação de jornalistas, a colaboração no desenvolvimento de partidos políticos, o monitoramento de eleições e o fortalecimento das instituições, políticas e práticas que criam o tecido de uma sociedade democrática. Embora muito do nosso apoio seja bilateral, também trabalhamos ativamente por meio de organizações internacionais e agências multilaterais de crédito. Defendemos a inclusão de princípios democráticos básicos – como a promoção da transparência, responsabilidade, participação ativa da sociedade civil e educação cívica – em programas multilaterais.

Ao mesmo tempo, os Estados Unidos continuam a levantar a sua voz em nome daqueles que tiveram os seus direitos de expressão negados. Nosso governo tem se manifestado contra os regimes que negam aos seus cidadãos o direito de expressar seus pontos de vista ou praticar sua religião, escolher livremente seus governantes ou exigir dos governos a obrigação de prestar contas de suas ações para melhor proteger os interesses dos cidadãos. Trabalhando por conta própria e em fóruns

multilaterais como, por exemplo, a Comissão das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, os Estados Unidos têm sido um defensor consistente das normas internacionais de direitos humanos. Os Relatórios dos Países sobre Práticas de Direitos Humanos publicados pelo Departamento de Estado revelam o progresso alcançado por governos comprometidos com a salvaguarda das liberdades, que são por si só a própria essência da democracia.

Organizações como a Fundação Nacional para a Democracia (National Endowment for Democracy - NED) têm sido os sustentáculos dos avanços dos princípios democráticos nos últimos 20 anos. O trabalho desenvolvido por elas, inclusive a capacitação de organizações locais para que se tornem agentes de mudança na comunidade, tem sido um verdadeiro motor do crescimento democrático. Em muitos países onde o governo teima em não responder aos anseios dos seus cidadãos, os Estados Unidos apóiam organizações não-governamentais e ativistas que lutam pelos princípios mais fundamentais de independência e liberdade. Os Estados Unidos reconhecem a importância essencial dessas vozes ao ajudar os outros a descobrir o direito de serem bem governados e de terem igualmente uma voz ativa no desenvolvimento de suas famílias, sociedades e países.

Em casos excepcionais, onde a opressão imposta pelo regime alcançou níveis extremos, os Estados Unidos têm utilizado várias formas de pressão, inclusive sanções econômicas, proibição de viagens e indiciamento criminal de autoridades, com o fim de ajudar a promover a mudança. A política dos Estados Unidos com relação ao regime militar da Birmânia é um bom exemplo desse tipo de abordagem. Ao tomarem tais iniciativas em prol da democracia, os Estados Unidos buscam a participação de outros países e de organizações regionais e globais credenciadas.

Além de declarações públicas incisivas, assistência e ações bilaterais e envolvimento multilateral, existem várias iniciativas apoiadas ou lideradas pelos Estados Unidos, sempre com o intuito de atingir o seu objetivo de promover a democracia no mundo.

Uma dessas iniciativas é a Comunidade de Democracias (CD), um movimento único que reúne nações democráticas de várias partes do globo para juntar forças na defesa do desenvolvimento da democracia e no apoio a nações democráticas emergentes. Embora muitos países estejam

vinculados a inúmeras organizações multilaterais por laços regionais, lingüísticos, religiosos ou sub-regionais, este fórum reúne uma série de países com o único compromisso de promover a democracia. Aqui os países reconheceram esse vínculo comum, comprometeram-se a compartilhar princípios e agora estão colocando tais princípios em ação. Os Estados Unidos têm sido o líder desse esforço, dado o nosso grau de comprometimento no sentido de usar todas as oportunidades multilaterais efetivas para promover a democracia. Reconhecemos e apoiamos o fortalecimento da coordenação entre os países que partilham princípios democráticos básicos.

Em novembro do ano passado, em Seul, na segunda reunião ministerial da Comunidade de Democracias, mais de 100 nações expressaram seu apoio ao Plano de Ação de Seul, uma abordagem dinâmica para levar a efeito os princípios consagrados na Declaração de Varsóvia sobre a Comunidade de Democracias de 2000. Os países perceberam a importância de fortalecer a cooperação regional, enfrentar os desafios à democracia, estimular a educação cívica, promover a boa governança e o Estado de Direito, aumentar o voluntariado e coordenar a assistência à democracia. Em junho passado, a título de acompanhamento, o governo dos Estados Unidos recebeu 14 países africanos e latino-americanos - todos eles membros da Organização dos Estados Americanos ou da União Africana - para discutir como esses países e organizações poderiam lidar com as ameaças à democracia e consolidar as instituições democráticas em seus territórios. Os participantes desses países - de Botsuana ao Chile, da Jamaica ao Senegal - elogiaram a reunião por permitir uma troca franca e honesta de pontos de vista sobre os desafios enfrentados no âmbito interno e externo.

Outra importante iniciativa do nosso país é a chamada Conta do Desafio do Milênio (MCA) [Millennium Challenge Account - MCA], anunciada pelo presidente Bush em fevereiro de 2002. A MCA aumentará os atuais níveis de assistência principal ao desenvolvimento em 50% nos próximos três anos, fornecendo, assim, recursos anuais de US\$ 5 bilhões para o exercício fiscal de 2006. Mas isso não é apenas um esforço para liberar mais dinheiro. É também um meio de mostrar o nosso compromisso com a conquista de um desenvolvimento permanente, além de ser uma nova visão histórica de desenvolvimento, com base na

parceria e nos interesses comuns entre as nações desenvolvidas e em desenvolvimento. Ela fornecerá recursos aos países que assumirem integralmente o compromisso de governar com justiça, investindo em seu povo e estimulando a liberdade econômica. Na verdade, a MCA está voltada para a aceleração do crescimento e para a promoção do sucesso e de resultados duradouros, melhorando desse modo ainda mais o recorde global de erradicação da pobreza.

Essa iniciativa reconhece a importância fundamental de governar de forma justa, que inclui a defesa do Estado de Direito, a erradicação da corrupção, a proteção dos direitos humanos e das liberdades políticas. Damos destaque especial à promoção da causa das mulheres, com garantia de completa igualdade política, jurídica e econômica. A MCA reconhece que uma governança política e economicamente sólida e que dá sustentação às liberdades individuais e à criação de oportunidades são o fundamento de democracias estáveis e prósperas. Aquelas instituições que são transparentes e obrigadas a prestar contas de suas ações e que permanecem unidas pelo Estado de Direito respaldam setores público e privado vibrantes e eficientes que, ao se fortalecerem mutuamente, contribuem para a melhoria dos padrões de vida. A MCA demonstra que o compromisso dos Estados Unidos com a democracia é encadeado por uma linha de sustentação consistente e sempre presente nos objetivos traçados por nossa política externa.

Em inúmeros fóruns multilaterais como a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, trabalhamos em conjunto com outros países para garantir a ativa integração do progresso na frente democrática ao desenvolvimento global. Isso é fundamental para nossas prioridades básicas na política externa como, por exemplo, a Iniciativa de Parceria entre os Estados Unidos e o Oriente Médio e nosso envolvimento no Iraque e no Afeganistão. Os Estados Unidos reconhecem que aí reside a maior esperança de tirar as pessoas da miséria, por um fim ao desrespeito aos direitos humanos e dar às pessoas a chance de reivindicar um futuro.

Os Estados Unidos continuarão a trabalhar com organizações governamentais e não-governamentais que partilhem nosso compromisso de tornar o mundo mais seguro, próspero e pacífico. Trabalharemos juntos para fortalecer a democracia em todo o mundo. 🌍

A CONSTRUÇÃO DE UM MOVIMENTO MUNDIAL PELA DEMOCRACIA: O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

Carl Gershman

Presidente da Fundação Nacional para a Democracia



A Fundação Nacional para a Democracia (National Endowment for Democracy – NED) dá apoio a centenas de grupos internacionais engajados em "praticamente todas as áreas de trabalho que contribuam para a promoção da democracia", diz Carl Gershman, presidente da NED desde 1984. A fundação é uma organização privada, sem fins lucrativos, criada em 1983 com o fim de fortalecer as instituições democráticas em todas as partes do mundo, por meio de esforços não-governamentais. A NED é dirigida por uma diretoria independente, não vinculada a partidos. Com sua verba anual concedida pelo Congresso, a organização financia centenas de projetos de grupos pró-democracia que atuam na África, Ásia, Europa Central e Oriental, América Latina, Oriente Médio e antiga União Soviética.

Nos últimos anos, virou moda lamentar os revezes do processo de democratização, a persistência dos regimes ditatoriais no mundo e a força crescente de ideologias e movimentos antidemocráticos, o mais notório deles sendo o radicalismo islâmico. Esse novo pessimismo deixa de lado uma evolução extremamente significativa, inesperada, que contém uma mensagem de esperança sobre a situação da democratização no mundo e a possibilidade de mais avanços nos próximos anos. Como o cachorro que não latiu no conto de Sherlock Holmes, essa evolução inesperada não é algo que aconteceu, mas sim que não ocorreu - ou mais especificamente, a ausência de uma "onda inversa" de autoritarismo após o que o cientista político Samuel Huntington chamou de "terceira onda" da democracia.

A terceira onda refere-se às duas décadas de expansão global da democracia que se seguiram à revolução portuguesa de 1974, período em que o número de democracias no mundo cresceu exponencialmente, de 41 para algo entre 76 e 117, dependendo de como se faz a contagem. Ao término das duas ondas anteriores de expansão democrática, a primeira indo da Revolução Americana até a Primeira Guerra Mundial e a segunda após a Segunda Guerra Mundial, a democracia sofreu grandes recuos. O primeiro deles ocorreu nos anos 1920 e 1930, com a ascensão do fascismo e do comunismo, e o segundo nos anos 1960 e início dos anos 1970 quando democracias novas e

frágeis da África e América Latina sucumbiram a ditaduras partidárias ou militares.

Esperava-se que algo semelhante acontecesse na década passada, na esteira da terceira onda, mas isso não ocorreu. Larry Diamond, com base em dados compilados pela Freedom House em sua pesquisa anual Liberdade no Mundo, escreveu que "apenas 14 das 125 democracias em vigor durante a terceira onda tornaram-se regimes autoritários e, em nove delas, a democracia foi restaurada desde então". O cenário, entretanto, não é tão colorido assim, visto que os avanços democráticos estagnaram em muitos países egressos do autoritarismo, levando os estudiosos a falarem no surgimento de regimes híbridos ou semi-autoritários que combinam aspectos não liberais, como um poder Executivo dominante, que controla a mídia e o Judiciário, com eleições democráticas (ou pseudodemocráticas). Mas um quadro de estagnação não significa nem de longe um retrocesso, e o fato de tantas democracias emergentes não terem entrado em colapso indica uma nova realidade que traz em seu bojo as sementes da esperança.

Um fator que certamente justifica a capacidade de recuperação da democracia hoje é a ausência de uma ideologia antidemocrática com aspirações universalistas, como o comunismo e o fascismo, que ofereça uma outra alternativa ao universalismo democrático. Mas há um fator ainda mais importante, que dá vida ao princípio do universalismo democrático no cotidiano das pessoas em todo o

mundo e, ao fazê-lo, também lhe confere a necessária legitimidade. Esse fator é a presença - em cada cultura e região do mundo onde a democracia é fraca ou inexistente - de movimentos populares democráticos formados por pessoas comuns que lutam e se sacrificam, geralmente arriscando sua própria segurança, para construir sociedades que respeitem os direitos de todos à vida, à liberdade e à busca da felicidade.

Tais movimentos representam um novo agente de mudança no mundo, como também uma enorme pressão contra a volta da ditadura. Há apenas um quarto de século, eles quase não existiam, com exceção de pequenos enclaves de dissidentes em países comunistas ou "democratas terceiro-mundistas" isolados que desafiavam a sabedoria convencional ao insistir que os países em desenvolvimento precisavam e poderiam atingir a democracia. Mas por volta dos anos 1980, surgiu o Movimento Solidariedade na Polônia e em várias partes da Europa Central e, mesmo na União Soviética, grupos culturais e midiáticos independentes começaram a surgir em toda parte, juntamente com grupos de defesa dos direitos humanos e dos direitos das minorias. À medida que a terceira onda ganhou força, uma grande variedade de grupos reformistas democráticos entrou em atividade na Ásia, África e América Latina, entre eles o Movimento Nacional por Eleições Livres (National Movement for Free Elections - Namfrel) das Filipinas, o Instituto por uma Alternativa Democrática (Institute for a Democratic Alternative - Idasa) da África do Sul, os Ativistas dos Direitos Humanos de Uganda, a organização de mulheres Consciência da Argentina, a Radio Nanduti do Paraguai, a Cruzada Cívica Nacional do Panamá e o Movimento por Eleições Livres do Chile. Esses grupos logo começaram a proliferar às centenas e mesmos aos milhares.

Hoje, grupos desse tipo existem em todo o Sul e Leste da Ásia, América Latina, África, Europa Central, região eurasiática da antiga União Soviética e Oriente Médio. A Fundação Nacional para a Democracia dá apoio a centenas de grupos internacionais engajados em praticamente todas as áreas de trabalho que contribuam para a promoção da democracia. Muitos deles trabalham com direitos humanos, não apenas monitorando e investigando violações e alertando a comunidade internacional sobre abusos, mas também prestando assistência jurídica, educando o público e defendendo reformas legislativas e institucionais. Outros se concentram

na formação e engajamento de jovens no processo político ou na conscientização e capacitação das mulheres, por meio de treinamento nas novas tecnologias da comunicação, informando-as sobre seus direitos e protegendo-as contra a violência doméstica e a discriminação socioeconômica.

A educação cívica é uma área grande de trabalho, tanto no sistema de ensino formal como na comunidade, da mesma forma que a resolução de conflitos e educação para a paz, especialmente em sociedades muito divididas. A promoção de uma mídia independente também é uma prioridade que envolve, entre outros, o financiamento de publicações e rádios independentes, a capacitação de grupos em editoração, conexão à internet, treinamento de repórteres investigativos, além da criação de sistemas de apoio para protegê-los da intimidação e da violência.

O desenvolvimento de partidos políticos é uma área de trabalho fundamental, tanto quanto o monitoramento de eleições por observadores locais capacitados e campanhas pelo comparecimento às urnas. Há grupos de trabalho e empresariais que estimulam a boa governança corporativa, combatem a corrupção e ajudam à criação de um ambiente legislativo e político que poderá estimular os investimentos e o crescimento econômico. E há também sindicatos que defendem os direitos dos trabalhadores e lhes dão voz na definição das políticas financeiras internacionais e internas que afetam seu bem-estar. Há grupos que trabalham para fortalecer os governos locais e exigir que governos, em todos os níveis, prestem contas de suas ações; enquanto outros treinam civis na área de segurança nacional para que possam monitorar a política de segurança e desestimular o envolvimento dos militares na política.

Tudo isso não exaure as áreas de trabalho ou os tipos de atividades realizadas pelas organizações não-governamentais (ONGs) em todo o mundo. É especialmente importante observar que essas ações são desenvolvidas e iniciadas pelos próprios grupos, sendo portanto desenhadas para lidar com problemas específicos de cada país e situação local. Assim, em países governados por regimes autoritários, os programas enfocam a defesa dos direitos humanos e a promoção do livre fluxo de informações, que são os tipos de atividades mais relevantes e viáveis em sistemas fechados. Em países semi-autoritários, os programas tendem a se concentrar na defesa do espaço político disponível a ONGs e mídia

independentes, fortalecimento da sociedade civil e seu estreitamento de relações com grupos e partidos políticos democráticos, criando assim uma oposição mais unida que funcione como um contrapeso ao Estado dominante. Nas democracias emergentes, a ênfase é no combate à corrupção, controle do desempenho das autoridades públicas, prestação de contas do governo à sociedade e o fortalecimento do Estado de Direito. E nas sociedades atingidas pela guerra ou após o fim dos conflitos, as ONGs se concentram na contenção da violência, fomento da reconciliação e construção de uma cultura de tolerância e respeito ao pluralismo e aos direitos das minorias. Nos países muçulmanos do Oriente Médio e outras regiões, muitos programas dão destaque à promoção dos direitos da mulher e de ideais liberais que conciliem o Islã com os conceitos modernos de pluralismo, cidadania e democracia.

À medida que essa vasta constelação de ONGs se desenvolveu na última década e meia, surgiu também um sistema de agências financiadoras nas democracias estabelecidas. As agências governamentais de desenvolvimento agora dão assistência às democracias, assim como as embaixadas e mesmo os ministérios estrangeiros. As agências multilaterais também começaram a se envolver, entre elas o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas e outros organismos da ONU, assim como órgãos regionais, como a Organização dos Estados Americanos, a União Européia e a Organização para Segurança e Cooperação na Europa. Essas agências governamentais e multilaterais trabalham basicamente as questões das reformas de governo, embora elas também dêem assistência às ONGs. Entretanto, os governos às vezes têm dificuldade em financiar as ONGs, de modo que essa função está sendo assumida cada vez mais por uma série de fundações democráticas e ligadas a partidos, financiadas pelos governos, como a NED e seus quatro principais institutos, que representam os dois principais partidos políticos dos EUA, o movimento sindical e a comunidade empresarial. Tais fundações são agora encontradas na maioria dos países europeus e no Canadá, e a primeira fundação asiática acaba de ser criada em Taiwan. Além disso, há muitas fundações privadas que têm um importante papel nesse campo, especialmente a Fundação Ford e as fundações criadas pelo filantropo George Soros.

O crescimento de organizações democráticas nos países egressos do comunismo e países em desenvolvimento e de agências financiadoras nas democracias estabelecidas representa um novo aspecto da arquitetura política contemporânea. Ainda é muito cedo para julgar o impacto dessas novas estruturas de cooperação, embora provavelmente se possa afirmar que elas contribuem para o aumento da pressão, de baixo para cima, nos governos de sociedades autoritárias ou pós-autoritárias, forçando as reformas que, de outra forma, não seriam implantadas, como também exercendo controle para que os governos não procurem impor medidas de caráter autoritário. Muita coisa, entretanto, ainda precisa ser feita, particularmente em duas áreas de alcance bem amplo.

Primeiro, as democracias estabelecidas devem encontrar novas formas de exercer seu peso coletivo em todos os aspectos da promoção da democracia, desde o desenvolvimento de estratégias coordenadas a meios de influenciar o comportamento de governos corruptos e recalcitrantes e defender e capacitar grupos que lutam pelas mudanças democráticas de maneira não violenta. A Comunidade de Democracias (CD) oferece um novo fórum para desenvolvimento dessas estratégias, embora a proposta ainda esteja em seu nascedouro. Segundo, os próprios grupos não-governamentais devem fortalecer sua capacidade de articulação e ajuda mútua, compartilhando experiências, defendendo as pessoas que são vítimas de perseguição e estão expostas a perigos, de modo a criar um sentido mais profundo de propósito comum no âmbito regional e internacional. Nesse aspecto, há uma nova iniciativa global, o Movimento Mundial pela Democracia (World Movement for Democracy - WMD), que está apenas começando a criar suas estruturas e potencial.

Tomados em seu conjunto, a CD e o WMD podem se fortalecer mutuamente, criando as pressões governamentais de cúpula e as pressões não-governamentais de base que ajudarão as novas democracias a consolidar suas instituições, como também estimular novos avanços democráticos. Não sabemos se isso levará a uma quarta onda de democratização, mas um avanço nesse sentido, por menor que seja, tornará o mundo um lugar mais seguro e pacífico. ☺

As opiniões expressas neste artigo são de responsabilidade do autor e não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos Estados Unidos.



SAÚDE PÚBLICA SEM FRONTEIRAS

Tommy G. Thompson

Secretário de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos



"A saúde pública mundial, por sua própria natureza, exige um esforço multilateral", afirma Tommy Thompson, secretário de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos. Thompson, que também exerceu o cargo de governador do Estado de Wisconsin durante 14 anos, diz que os Estados Unidos "podem liderar e contribuir para a causa da saúde global, mas não podem realizar essa missão sozinhos".

Consideramos estas verdades como evidentes por si mesmas, que todos os homens foram criados iguais, foram dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a busca da felicidade."

— Declaração de Independência dos Estados Unidos, adotada em 4 de julho de 1776

Os norte-americanos afirmaram sua crença na dignidade da natureza humana quando a nação foi fundada, tendo desenvolvido desde então, das mais diversas maneiras, uma longa tradição de ajuda aos povos mais necessitados do planeta –com soldados, missionários, assessores econômicos, bem como por intermédio de programas do Corpo da Paz, do comércio e de intercâmbios de estudantes.

Poucos costumam incluir a saúde pública nessa lista, embora ela seja considerada uma das principais prioridades do país em suas relações mundiais. Na qualidade de secretário de Saúde e Serviços Humanos (Health and Human Services - HHS), tenho a honra de dirigir um departamento que têm um papel crucial a desempenhar nessa missão de compaixão dos Estados Unidos nos mais diversos países do mundo. A saúde pública ignora a existência de fronteiras e também da política. Ainda nos lembramos muito bem como a Aids deixou a África e acabou em nossas cidades; mais recentemente vimos como a Sars (síndrome respiratória aguda grave) se espalhou, com impressionante rapidez, do sul da China para a América do Norte; vimos igualmente como o vírus

do oeste do Nilo conseguiu de alguma forma cruzar o Atlântico e começou lentamente a se espalhar pelo nosso continente; também temos consciência de que a chave do controle da tuberculose nos Estados Unidos consiste em controlar os visitantes potenciais em suas idas e vindas, para dentro ou para fora do país.

Além disso, nossos esforços em prol da saúde pública não podem de forma alguma prescindir da cooperação, liderança e engajamento das nações parceiras. Os Estados Unidos podem liderar e contribuir para a causa da saúde mundial, mas não podem realizar essa missão sozinhos.

A forma como reagimos à epidemia da Sars é um exemplo perfeito do nosso espírito de cooperação com as nações parceiras. Para combater essa doença, funcionários da área de saúde dos Estados Unidos colaboraram e trabalharam em lugares tão diferentes como China, Cingapura, Tailândia, Taiwan e Vietnã. Tomamos rapidamente uma série de medidas para reverter a situação e vencer a epidemia antes que ela se constituísse em uma séria ameaça dentro do território norte-americano. Nesse aspecto, o envio de funcionários da área de saúde, epidemiologistas e outros especialistas para a China foi um fator decisivo. E no dia 7 de maio, como parte da iniciativa presidencial de combater a Sars, a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional forneceu US\$ 500 mil em fundos de emergência para ajudar a China a adquirir o equipamento médico necessário para enfrentar a epidemia.

Como resultado dessa experiência, os Estados Unidos estão profundamente empenhados em aumentar o grau de cooperação com a China, com o objetivo de fortalecer a infra-estrutura básica dos serviços de saúde pública e melhorar a capacidade chinesa de gerenciar não apenas a Sars, mas também outras doenças como hepatite, HIV/Aids, tuberculose e câncer. Funcionários do Departamento de Saúde e Serviços Humanos (HHS) já estão conseguindo se relacionar com seus pares da China na luta contra a influenza; esperamos solidificar tais laços e também os vínculos estabelecidos durante a crise da Sars para formar uma parceria duradoura em proveito da saúde pública.

Isso é uma resposta realmente efetiva, de quem assumiu um compromisso. E quero enfatizar que essa resposta seria impossível sem a parceria com nossos pares chineses. Essa é apenas uma das formas encontradas pelos Estados Unidos para trabalhar com outras nações no interesse da saúde pública.

Vamos tomar como base as lições aprendidas com a Sars. Os efeitos desastrosos ocasionados pela demora em identificar e reconhecer a doença são evidentes por si mesmos e não devem ser repetidos. Essa é a razão porque os Estados Unidos estão lançando a chamada Iniciativa de Alerta Preventivo sobre a Saúde Global para: capacitar funcionários de laboratórios e epidemiologistas; aperfeiçoar o gerenciamento e a fiscalização; promover as comunicações; e ampliar os recursos dos laboratórios. Essa iniciativa servirá para complementar e intensificar os esforços globais cruciais do Alerta de Surto Global e da Rede de Respostas da Organização Mundial de Saúde. Desejamos fornecer recursos para que a capacidade de resposta possa estender o seu raio de ação e adquirir um caráter mais regional. Também é nossa intenção fornecer um maior número de especialistas em saúde pública do meu departamento para auxiliar na capacitação, servir de guia e transferir tecnologia de forma a preencher lacunas nos graus de competência. Nosso objetivo é aperfeiçoar programas já existentes, em países com possibilidade de mostrar o progresso mais rápido, em proveito de regiões inteiras.

Não pretendemos suspender a Iniciativa de Alerta Preventivo sobre a Saúde Global. Também pensamos em prosseguir com a Iniciativa de Segurança da Saúde Global do Departamento de Saúde e Serviços Humanos. Essa iniciativa pretende criar – em áreas estratégicas fora dos Estados Unidos – redes de parceiros afiliados regionalmente e com mais recursos clínicos, epidemiológicos, laboratoriais e de comunicação. Isso fará com que a detecção e resposta a toda e qualquer ameaça biológica seja realizada de forma mais efetiva e oportuna, fazendo realmente diferença na segurança de todos os povos.

Faço questão de repetir que tudo isso seria simplesmente impossível se não contássemos com a cooperação e a visão das nações parceiras. A saúde pública global, por sua própria natureza, representa um esforço multilateral.

Além da Sars e do sistema de alertas preventivos, estamos também desenvolvendo um trabalho com nossos amigos e aliados no exterior para levar assistência médica básica àquelas partes do mundo que precisam desesperadamente desse tipo de ajuda. Um exemplo magnífico pode ser dado pelo Afeganistão, uma nação que recentemente conquistou a liberdade, onde os Estados Unidos estão trabalhando em conjunto com o governo de transição para levar esperança e saúde a um povo há muito tempo marcado pelo sofrimento.

Tenho o orgulho de comunicar que estive em Cabul, no último mês de abril, para participar da inauguração do Hospital Rabia Balkhi para Mulheres, recentemente reformado. Para as mulheres afegãs, o Rabia Balkhi representa um serviço fundamental – ele recebe praticamente 36 mil pacientes anualmente e mais de 40 bebês nascem lá todos os dias. A reforma – um projeto conjunto do HHS, do Departamento de Defesa e do governo afegão – é apenas o primeiro passo de uma caminhada que tem por objetivo levar saúde e esperança a todas as mulheres do Afeganistão.

O presidente Bush pediu ao Congresso US\$ 5 milhões para a realização de mais obras no Rabia Balkhi, inclusive uma expansão que compreende a criação de quatro clínicas afiliadas adicionais fora de Cabul. Daremos cursos de capacitação para o corpo médico e procuraremos melhorar o

funcionamento do hospital em Rabia Balkhi e nas quatro clínicas satélites, assim que forem atendidas as necessidades iniciais de Rabia Balkhi. Cada uma dessas clínicas de saúde materna e infantil fornecerá assistência médica direta a pacientes e será também responsável pela capacitação dos trabalhadores da saúde em todos os níveis, inclusive médicos, enfermeiras, parteiras e agentes comunitários de saúde.

Nosso objetivo é formar uma equipe capacitada de trabalhadores da saúde, que possam tratar das necessidades da assistência médica maternal e infantil de toda a nação. É o primeiro passo, ainda bem pequeno. Mas é apenas o primeiro.

Quando montamos aquelas clínicas de ensino e quando fornecemos acompanhamento pré-natal a mulheres em vilarejos afastados, não estaremos apenas ajudando as mulheres do Afeganistão. Estaremos igualmente prestando assistência a cada homem, mulher e criança daquela terra tão antiga, que sempre pensaram em seu país com amor e sempre quiseram que ele se tornasse um lugar melhor, mais livre e mais decente para se viver. Isso não poderia ser feito sem a participação dos próprios afegãos e sem a ajuda de nações da Europa, Ásia, América do Norte e qualquer outro lugar onde tenha existido alguém disposto a empenhar vida e fortuna para garantir a liberdade do povo afegão. Esse tipo de apoio firme e corajoso é absolutamente indispensável para que possamos atingir nossos objetivos comuns.

Gostaria de abordar uma última faceta da missão de compaixão dos Estados Unidos no exterior – a luta contra a Aids no mundo. É uma missão particularmente importante para o presidente e para o mundo – por razões simplesmente humanitárias.

No mundo em desenvolvimento e, especialmente, na África, a Aids ameaça a paz e a estabilidade ao aniquilar gerações inteiras, criar comunidades de órfãos e mutilar nações. Três milhões de pessoas morreram de Aids no ano passado e outras 68 milhões, no mínimo, deverão sucumbir nas próximas duas décadas, segundo as estimativas. Cinquenta e cinco milhões dessas mortes ocorrerão na África. As expectativas de vida também sofrem com tal situação. Uma criança nascida em Botsuana,

por exemplo, não espera atualmente nem mesmo viver até os 40 anos de idade.

Isso explica porque as nações do mundo, em conjunto com organizações não-governamentais e grupos comunitários locais, se juntaram para criar o Fundo Global de Combate à Aids, Tuberculose e Malária. As proporções gigantescas tomadas por essa crise exigem um esforço extraordinário compatível com a situação.

O fundo é um componente indispensável da luta mundial contra a Aids. Constituindo-se em uma verdadeira parceria entre os setores público e privado, ele fornece a assistência financeira desesperadamente necessária a nações e comunidades vivendo as mais terríveis dificuldades. Essa assistência dá sustentação à infra-estrutura dos serviços médicos e de saúde, oferece às famílias uma chance de lutar e, mais importante ainda, salva vidas.

Tive a honra de ser eleito presidente do fundo em janeiro passado. Como presidente, tenho a satisfação de comunicar que o fundo aprovou 153 projetos em 92 países e comprometeu quase US\$ 1,5 bilhão desde abril de 2002. O fundo assinou acordos com 58 países, para concessão de verbas, atingindo um total superior a US\$ 660 milhões. Até o momento já foram desembolsados cerca de US\$ 56 milhões, com o ritmo dos desembolsos acelerando rapidamente. Com apenas um pouco mais de um ano de existência do fundo, as primeiras pessoas estão recebendo tratamento anti-retroviral no Haiti, dentro do programa de verbas do Fundo Global.

Para que ele cumpra o seu objetivo, será necessário o apoio e a iniciativa de todas as nações do mundo. Tenho o orgulho de afirmar que os Estados Unidos estão à frente, indicando o caminho.

Para começar, somos o maior contribuinte individual do Fundo Global. E essa é apenas a ponta do *iceberg*. Em seu discurso sobre o Estado da União, em janeiro passado, o presidente Bush anunciou o Plano de Emergência para Combate à Aids – uma iniciativa que compreende a cifra de US\$ 15 bilhões para 5 anos e que pretende mudar o curso da pandemia global de HIV/Aids. Esse comprometimento de recursos ajudará 14 dos países

mais atingidos da África e do Caribe a travar e ganhar a guerra contra o HIV/Aids.

Esperamos alcançar muitos resultados positivos com o plano de emergência:

Em primeiro lugar, desejamos evitar que 7 milhões de pessoas sejam infectadas, representando 60% de novas infecções projetadas em países-alvo. A iniciativa envolverá esforços de prevenção em grande escala, inclusive exames voluntários e aconselhamento. A disponibilidade de tratamento aumentará os esforços de prevenção ao fornecer um incentivo para que os indivíduos sejam examinados.

Em segundo lugar, desejamos oferecer tratamento a 2 milhões de pessoas infectadas pelo vírus HIV. Aproveitando os avanços mais recentes em termos de tratamento anti-retroviral, o Plano de Emergência para Combate à Aids do presidente Bush será o primeiro esforço global voltado para o fornecimento de tratamento anti-retroviral avançado, em grande escala, nos países mais pobres e mais afetados do mundo.

Finalmente, desejamos fornecer assistência a 10 milhões de indivíduos infectados pelo vírus HIV e a órfãos da Aids.

O plano do presidente deverá praticamente triplicar nosso comprometimento com a assistência internacional a vítimas de HIV/Aids, cuja

contribuição governamental fica hoje em US\$ 1 bilhão por ano.

É necessário enfatizar que o plano do presidente ajuda a missão do Fundo Global. O plano inclui US\$ 1 bilhão a mais para o Fundo Global, com os Estados Unidos passando então a garantir US\$ 1,65 bilhão. Nossos esforços e os esforços bilaterais de outras nações fornecem a base necessária para o trabalho do Fundo Global. Estamos todos atacando o mesmo problema, estamos todos servindo as mesmas pessoas e estamos fazendo tudo isso juntos.

Nossa visão do mundo, assim como a visão que temos da nossa nação, é expansiva, otimista e estimulante. E nossa missão de compaixão para com os outros países não é nada mais nada menos do que uma simples manifestação da bondade humana. A história, a consciência e nossa herança preciosa como norte-americanos não nos deixam agir de outra forma. Como o ex-presidente Ronald Reagan falou uma vez: "Depende de nós... trabalhar juntos para o progresso e para a humanidade para que nossos netos, quando olharem para trás, possam verdadeiramente afirmar que não apenas preservamos a chama da liberdade, mas lançamos seu calor e sua luz em lugares ainda mais distantes do que aqueles que vieram antes de nós".

Trabalhando juntos com nossos amigos, aliados e parceiros em todo o mundo, com certeza cumprimos essa missão. 

LIDERANÇA INTERNACIONAL DOS EUA: POLÍTICAS AMBIENTAIS RESPONSÁVEIS

John F. Turner

Secretário de Estado adjunto para Oceanos e Assuntos Científicos e Ambientais Internacionais



O governo Bush está comprometido com a proteção dos recursos naturais do mundo, por meio de políticas ambientais responsáveis que incluem promoção do desenvolvimento sustentável, controle e redução de substâncias tóxicas e de pesticidas, preservação das florestas tropicais e a busca de abordagens inovadoras para questões relativas às mudanças climáticas, diz John Turner, secretário de Estado adjunto para Oceanos e Assuntos Científicos e Ambientais Internacionais. Turner foi presidente e diretor executivo do The Conservation Fund, uma organização sem fins lucrativos, de alcance nacional, dedicada a formar parcerias entre os setores público e privado para a proteção dos recursos do solo e da água.

A expansão da população mundial, a conversão acelerada de habitats essenciais para servir a outros usos, a degradação da qualidade do ar, da água e dos recursos do solo e a proliferação de espécies invasoras em habitats não nativos põem em séria ameaça os recursos naturais do planeta e a todos nós, que dependemos deles para alimentação, combustível, abrigo, medicamentos e bem-estar econômico e social. Muitos problemas ambientais não respeitam fronteiras e ameaçam a saúde, a prosperidade e mesmo a segurança nacional dos norte-americanos. Quando as pessoas em algumas partes do mundo não têm acesso a energia, água potável, alimentos ou a um meio ambiente saudável, a instabilidade econômica e a convulsão política que isso pode causar refletem-se em nosso país, na forma de programas de paz e intervenções humanitárias de alto custo ou perda de mercados. A contaminação dos alimentos e da água por pesticidas, a poluição do ar e as espécies animais e vegetais invasoras podem afetar nossa economia. As políticas que distorcem os mercados e dão incentivos ao desenvolvimento não sustentável ajudam a intensificar os problemas. Atacar essas questões e lograr o manejo sustentável dos recursos naturais em todo o mundo exige a cooperação e o compromisso de todos os países.

Em um mundo onde a metade da raça humana — 3 bilhões de pessoas — vive com menos de US\$ 2 por dia e bilhões não têm acesso à água potável, saneamento básico e eletricidade, políticas

responsáveis precisam promover o desenvolvimento sustentável. Isso significa atingir desenvolvimento econômico e social com proteção do meio ambiente.

Como a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (World Summit on Sustainable Development - WSSD) de 2002 reconheceu, a boa governança em cada país e no mundo é essencial. O desenvolvimento sustentável não pode ser atingido onde a corrupção é generalizada, os mercados são fechados, a propriedade privada está desprotegida e os contratos privados são desrespeitados. Os países desenvolvidos e em desenvolvimento precisam de uma base de boa governança em que mercados livres, instituições sólidas e Estado de Direito sejam norma.

A WSSD destacou que o desenvolvimento sustentável depende do esforço conjunto de todos os interessados — governo, sociedade civil e setor privado — para atingir resultados por meio do trabalho em parceria. Durante a cúpula, os Estados Unidos apresentaram várias propostas de compromissos para ação, entre elas cinco novas parcerias nas áreas da saúde (HIV/Aids, malária e tuberculose), recursos hídricos (Água para os Pobres), energia (Iniciativa para Energia Limpa), combate à fome (Iniciativa para Acabar com a Fome na África) e florestas (Parceria para as Florestas da Bacia do Congo), como também iniciativas importantes sobre os oceanos,

biodiversidade, agricultura sustentável, habitação, informações geográficas e educação, entre outras.

O presidente Bush priorizou o apoio ao desenvolvimento sustentável como meta principal de sua estratégia de segurança nacional. Em 5 de fevereiro, ele apresentou ao Congresso sua iniciativa pioneira, a Conta do Desafio do Milênio (MCA) [Millennium Challenge Account - MCA], que classificou como um meio poderoso para "conduzir nações inteiras a um ciclo de oportunidades e empreendimentos em franca expansão". A MCA, com dotação de US\$ 5 bilhões e ainda dependendo da aprovação do Congresso, terá como base parcerias entre os Estados Unidos e os países em desenvolvimento que governem com justiça, invistam em seu povo e promovam a liberdade econômica. A MCA se respaldará em nossa liderança internacional em suporte financeiro ao desenvolvimento sustentável. Além disso, os Estados Unidos há muito tempo já são o país que mais contribui para o Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment Facility - GEF), a instituição financeira internacional líder na distribuição de benefícios ambientais globais para países em desenvolvimento. O atual governo prometeu recentemente que elevará sua contribuição ao GEF para US\$ 500 milhões nos próximos quatro anos.

Os Estados Unidos têm papel de proa na política ambiental internacional. Atuamos com firmeza no controle de substâncias tóxicas em todo o mundo. Lideramos a integração das políticas ambiental e econômica, em parte por meio da inserção de acordos ambientais nos acordos de livre comércio. Os Estados Unidos têm forte atuação na preservação dos habitats essenciais e na proteção de espécies ameaçadas ou em vias de extinção. Em todo o mundo, e com mais iniciativas do que as que procuramos sintetizar neste artigo, trabalhamos para manter o desenvolvimento, o comércio e a proteção ambiental em constante evolução. Nossa meta é um mundo mais próspero, um mundo saudável para seus habitantes, com espaço para ecossistemas sustentáveis que proporcionem habitats para as pessoas e para a vida selvagem em todo o globo.

Os Estados Unidos participam com destaque das iniciativas internacionais para redução do uso de

substâncias tóxicas e pesticidas. Lideram os esforços para conclusão da Convenção de Estocolmo, tratado que lida com os poluentes orgânicos persistentes (POPs). Os POPs são substâncias tóxicas que permanecem no meio ambiente por longos períodos e se deslocam pelo mundo inteiro por meio da atmosfera e dos oceanos. Os Estados Unidos e muitos países desenvolvidos têm reduzido gradualmente os POPs mais problemáticos, mas eles continuam a ser usados em larga escala em outros lugares. A Convenção de Estocolmo exige uma virtual redução dos 12 POPs mais prejudiciais, além de outros que possam ser indicados no futuro. O atual governo conferiu alta prioridade à ratificação da Convenção de Estocolmo e tem trabalhado com afinco para obter a assessoria e a aprovação do Senado, além da promulgação de legislação federal sobre o assunto.

Temos trabalhado também de maneira multilateral para lidar com os efeitos das emissões de mercúrio em todo o mundo. O mercúrio se acumula ao longo da cadeia alimentar; é encontrado em altas concentrações em algumas espécies. As pessoas que vivem no Ártico estão particularmente em perigo porque dependem de uma dieta baseada em peixes e mamíferos marinhos com concentrações muito altas de mercúrio. No início deste ano, os Estados Unidos lideraram a iniciativa de criar um programa para ajudar os países em desenvolvimento a reduzir suas emissões de mercúrio, especialmente nas hidrelétricas e fábricas de produtos químicos. Nos últimos dois anos, os Estados Unidos contribuíram com quase US\$ 1 milhão para essa iniciativa.

Por meio de seu trabalho nas áreas de comércio e meio ambiente, os Estados Unidos têm contribuído para o avanço da integração das políticas econômica e ambiental. No início dos anos 1990, os Estados Unidos foram o primeiro país a propor a inclusão de componentes ambientais em um acordo de comércio, o Acordo de Livre Comércio da América do Norte. Nos últimos dois anos, o atual governo tem trabalhado para garantir que nossos acordos de livre comércio (ALCs) com um número crescente de países incluam acordos de cooperação ambiental. Recentemente, quando fechamos ALCs com o Chile e Cingapura, assinamos também acordos que darão sustentação aos esforços daqueles países para implantar políticas ambientais sólidas.

Temos nos empenhado cada vez mais pela conservação das florestas. Em um relatório especial recente da Agência de Investigação Ambiental sobre madeira ilegal com transbordo em Cingapura, um artigo introdutório destacou “A liderança dos EUA nas questões de extração ilegal de madeira”. Para o atual governo, a extração ilegal de madeira e o comércio e a corrupção a ela associados são uma prioridade mundial. Em 2001, os Estados Unidos foram um dos principais patrocinadores da Conferência Ministerial de Aplicação de Legislação Florestal e Governança, promovida pela Indonésia e pelo Banco Mundial. A declaração histórica que emergiu dessa conferência contém uma vontade política e um compromisso vibrantes para tratar essas questões. Uma Conferência Ministerial Africana de Aplicação de Legislação Florestal e Governança está programada para outubro em Iaundê, Camarões. Além disso, está sendo planejada uma conferência latino-americana.

Em 2002, o presidente Bush orientou o secretário de Estado, Colin Powell, a “desenvolver uma nova iniciativa para ajudar os países em desenvolvimento a sustar a extração ilegal de madeira, prática que destrói a biodiversidade e libera milhões de toneladas de gases de efeito estufa na atmosfera”. Em resposta, elaboramos uma iniciativa estratégica para ajudar os países em desenvolvimento a combater a extração ilegal de madeira e o comércio e a corrupção a ela associados.

Uma das primeiras prioridades de minha pasta foi desenvolver uma parceria de peso na área de florestas. Iniciamos uma parceria com base em uma proposta da África do Sul para a Bacia do Congo. Anunciamos a parceria na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável realizada em Johannesburgo em setembro de 2002. A Parceria para as Florestas da Bacia do Congo é uma das histórias de sucesso da cúpula. Ela ajudará a África central a preservar florestas ameaçadas e a vida selvagem em extinção, além de combater a pobreza. A parceria é uma realização marcante — os primeiros 29 governos, organizações internacionais e interesses ambientais e empresariais uniram-se para ajudar nossa meta de manejo sustentável das florestas tropicais. Esperamos proporcionar ao povo da região meio de vida sustentável, instituições mais sólidas, melhor governança dos recursos naturais e redes de parques e áreas de proteção ambiental.

A Lei de Conservação das Florestas Tropicais (TFCA) autoriza os Estados Unidos a negociar reduções e conversões de dívidas em assistência à proteção das florestas dos países em desenvolvimento. Em troca de um determinado alívio da carga da dívida, os países parceiros concordam em gastar uma quantia igual em conservação das florestas locais. Os acordos com base na TFCA já concluídos irão gerar US\$ 60,3 milhões para ações de conservação florestal em seis países durante sua vigência.

Geralmente chamadas de florestas tropicais do mar, os ecossistemas dos recifes de coral estão entre os que apresentam maior biodiversidade na Terra, com uma densidade de espécies maior do que quaisquer outros. Além de ser um hábitat essencial para os peixes, os recifes de coral são fonte de alimentação e emprego, protegem as áreas costeiras e são um dos principais destinos para o turismo. Em resposta à atual degradação dos recifes, os Estados Unidos trabalharam com outros países para criar a Iniciativa Internacional para Proteção dos Recifes de Coral (ICRI, na sigla em inglês). Uma das parcerias pioneiras nessa área, a ICRI se tornou um incentivo para esforços internacionais de proteção desses ecossistemas ao mobilizar governos e apoiadores e aperfeiçoar o manejo científico dos recifes.

A Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas da Flora e Fauna Selvagens (Cites) é um dos tratados internacionais mais antigos e mais bem-sucedidos. Ao longo de sua existência, a Cites tem ajudado a proteger dezenas de espécies — inclusive elefantes, crocodilos, baleias e tigres —, algumas delas salvas da extinção. Sendo um de seus membros fundadores, os Estados Unidos continuam a ter um papel ativo nessa convenção. Em novembro de 2002, durante a 12ª Conferência das Partes, os Estados Unidos se opuseram ao relaxamento da proteção às baleias minke e baleias de Bryde. Manifestamos nossa preocupação com a retomada do comércio do marfim na África e endossamos um programa de exportação cuidadosamente controlado, que permite que certos países obtenham recursos para o manejo de suas populações de elefantes. Tratamos também do comércio do mogno brasileiro e da merluza negra chilena, duas espécies de importância comercial, com o fim de protegê-las contra a extração ilegal e a pesca predatória.

O presidente Bush levou os Estados Unidos a se comprometerem com abordagens inovadoras às mudanças climáticas. O governo Bush está tomando medidas que reduzirão as emissões de gases de efeito estufa no país em 18% ao longo da próxima década, levando em consideração o tamanho da economia. Essa estratégia demonstrará a liderança dos EUA ao reduzir o crescimento das emissões e, na medida em que a ciência o justifique, parar e depois reverter esse crescimento. Nos últimos 14 anos, os Estados Unidos têm sido o líder mundial na pesquisa de mudanças climáticas, investindo mais de US\$ 20 bilhões nessa área. Para manter essa liderança, o governo Bush está trabalhando com países parceiros na área das tecnologias de energia limpa, que incluem hidrogênio, células combustíveis, tecnologia de carvão limpo e captura e armazenagem de carbono. Os Estados Unidos continuam a trabalhar para o avanço da Convenção Quadro da ONU sobre Mudanças Climáticas, que prevê a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa para que atinjam um nível que impeça a interferência humana prejudicial no clima. Os Estados Unidos são também um apoiador de peso do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, o importante organismo internacional que lida com informações científicas, técnicas e socioeconômicas sobre mudanças climáticas.

Desde junho de 2001, o Departamento de Estado lidera parcerias com países-chave na área de mudanças climáticas, tratando de assuntos que vão dos estudos do clima e tecnologias de energia e seqüestro a abordagens para políticas. Entre os parceiros estão Austrália, Canadá, China, sete países centro-americanos, Índia, Itália, Japão, Nova Zelândia, República da Coreia, Federação Russa e União Européia. E em 31 de julho, o Departamento de Estado promoveu a Cúpula de Observação da Terra. Essa conferência ministerial deu origem a novas iniciativas para desenvolver um sistema integrado de observação da Terra, com o fim de melhorar a compreensão dos desafios ambientais e econômicos globais.

As sociedades prósperas têm capacidade para dedicar mais recursos à área ambiental, com o fim de proteger a saúde humana e preservar os habitats naturais. Os Estados Unidos continuarão a empreender esforços para promover um futuro sustentável para as pessoas da Terra, sua vida selvagem e os inúmeros ecossistemas belos e essenciais que estão ameaçados pela exploração irresponsável. Não perderemos de vista nossas metas ambientais quando desenvolvermos nossa ampla gama de políticas em todo o mundo. 

O ALCANCE INTERNACIONAL DAS ONGS DOS ESTADOS UNIDOS

Robert Kellett

Editor-gerente on-line da Mercy Corps



As organizações não-governamentais (ONGs) dos EUA e seus pares estrangeiros promovem democracia participativa, desenvolvimento econômico e estabilidade mundial de longo prazo, de acordo com Robert Kellett, editor-gerente on-line da Mercy Corps e escritor freelance residente em Portland, no Oregon. A Mercy Corps se autodescreve como uma organização sem fins lucrativos “que existe para minorar o sofrimento, a pobreza e a opressão, ajudando as pessoas a construir comunidades seguras, produtivas e justas”. Os programas da agência alcançam atualmente mais de 5 milhões de pessoas em mais de 30 países, inclusive nos Estados Unidos.

Ibrahim tinha horror à caminhada. Diariamente, o garoto de 11 anos acordava antes do amanhecer e, sozinho, iniciava a longa caminhada pelo terreno acidentado da sua nativa Eritreia até que, finalmente, após três horas e mais de 11 quilômetros, chegava à sua escola primária, justamente na hora de começar a aula.

Cansado e exausto, a única coisa que machucava mais que seus pés descalços e calejados era a dor que roía seu estômago vazio e faminto. Como para muitas crianças daquele país empobrecido e devastado pela seca do leste da África, os pais de Ibrahim podiam oferecer-lhe somente uma refeição por dia. Dessa forma, ele tinha que enfrentar sozinho as hostilidades, freqüentemente com um dia inteiro de aulas pela frente e caminhadas de mais de 20 quilômetros entre ida e vinda de casa à escola antes de fazer sua única refeição do dia.

Mesmo sendo um aluno exemplar e considerado pelos seus professores uma das crianças mais inteligentes de toda a escola, Ibrahim estava prestes a abandonar os estudos.

“Eu estava muito faminto e cansado para aprender”, diz ele. “Fiquei em casa para ver se conseguia alguma coisa para comer.”

Seu sonho de um dia tornar-se médico estava prestes a acabar, mesmo antes da sua adolescência.

Em março de 2002, a Mercy Corps, uma organização não-governamental (ONG) sediada em Portland, no Oregon, iniciou um programa de

merenda escolar destinado a dar assistência a crianças como Ibrahim. Diariamente, mais de 54 mil meninos e meninas da Eritreia recebem biscoitos altamente energéticos e nutritivos nas escolas. Os resultados foram fenomenais, com um espantoso aumento na freqüência e no desempenho dos estudantes nas escolas.

Para Ibrahim, a refeição escolar fez um mundo de diferença. Ele voltou a freqüentar a escola e a ser considerado novamente um dos alunos mais brilhantes da sua classe.

Embora o principal objetivo do programa de alimentação nas escolas possa parecer óbvio – alimentar alunos famintos para que possam continuar a estudar –, há um outro objetivo, mais sutil, não tão aparente, mas em vários aspectos igualmente importante. Diariamente, os funcionários da Mercy Corps trabalham em conjunto com os funcionários da Vision Eritrea, uma ONG local que tem como foco programas de desenvolvimento comunitário, e com o Ministério da Educação, para implementar o projeto. Juntos, auxiliam também o treinamento de Associações de Pais e Filhos, para que os pais nas comunidades locais possam ter mais informação para a educação de seus filhos e para o futuro das suas comunidades.

Essa transferência de conhecimentos trará benefícios que irão perdurar por muito tempo após o término dos programas que a Mercy Corps e cerca de meia dúzia de outras organizações norte-americanas desenvolvem na Eritreia.

“As ONGs dos Estados Unidos aprenderam com o passar dos anos que, para qualquer tipo de programa funcionar, quer sejam emergenciais ou de longo prazo, em áreas tais como saúde, educação, reformas agrícolas e desenvolvimento econômico, tem que haver uma sociedade civil saudável”, afirma a vice-presidente executiva da Mercy Corps, Nancy Lindborg. “Trabalhando em conjunto com associações locais, autoridades do governo, [outras] ONGs e empresas privadas, acreditamos que possam estar em melhor posição para identificar e trabalhar soluções para os seus problemas mais prementes. O objetivo final é auxiliar as pessoas nas sociedades a interagir umas com as outras para a resolução pacífica de problemas para o bem comum.”

Nesta era de comunicações instantâneas, quando imagens de desastres e guerra são transmitidas por satélites para dentro das casas de todo o planeta, seria fácil associar o trabalho de agências de ajuda dos Estados Unidos somente com alívio emergencial. No mundo todo, funcionários de agências de ajuda norte-americanas trabalham freqüentemente sob condições árduas e difíceis para auxiliar pessoas e famílias vítimas de desastres naturais e guerras. As ONGs dos Estados Unidos fornecem alimentos, água e medicamentos que salvam literalmente a vida de centenas de milhares de pessoas a cada ano.

O que quase nunca aparece na televisão e nos jornais é o trabalho que as ONGs dos Estados Unidos e seus pares locais estão fazendo para promover a democracia participativa, o desenvolvimento econômico e a estabilidade de longo prazo em todo o planeta. De projetos que fornecem educação em Aids na África a microcrédito nos Bálcãs e construção da democracia na ex-União Soviética, as ONGs dos EUA estão tendo um papel central no progresso do bem-estar de milhões de pessoas em todo o mundo.

A InterAction, a maior aliança entre organizações de desenvolvimento internacional sediadas nos Estados Unidos e organizações humanitárias não-governamentais, é formada por mais de 160 organizações-membro que operam programas em todos os países em desenvolvimento do mundo. Essas organizações auxiliam as pessoas a superar a

pobreza, a exclusão e o sofrimento pela promoção da justiça social e da dignidade básica para todos.

“Existem inúmeros exemplos de como a assistência básica tem melhorado a vida das pessoas”, afirmou a presidente da InterAction, Mary McClymont, em uma entrevista no ano passado. “A varíola foi erradicada em 1977; nos últimos 30 anos, o analfabetismo foi reduzido em 20%; a expectativa de vida aumentou 20 anos; a cegueira-dos-rios, que matou centenas de milhares de pessoas em toda a África, foi praticamente eliminada. Isso acontece no mundo todo em decorrência da assistência ao desenvolvimento.”

As ONGs internacionais dos Estados Unidos têm como norma esforçarem-se para ser politicamente neutras e independentes. A maioria das ONGs recebe apoio monetário para os seus projetos internacionais de uma variedade de fontes, incluindo empresas, governos, grupos religiosos, agências das Nações Unidas e instituições internacionais, como o Banco Mundial. Além disso, as organizações como um todo recebem quase US\$ 3 bilhões por ano em doações de cidadãos norte-americanos e doadores privados.

Uma região na qual as ONGs dos Estados Unidos tiveram um papel preponderante no auxílio da capacitação de pessoas e grupos na década passada foi a Ásia Central. Em quase todos os aspectos, a sociedade civil na Ásia Central cresceu, se não floresceu, na década seguinte à queda da União Soviética em 1991. De umas poucas centenas de grupos informais de cidadãos espalhados durante o final da década de 1980 e início da década de 1990, o setor não-governamental da Ásia Central cresceu exponencialmente e hoje engloba mais de 10 mil organizações de vários tipos, de pequenas instituições comunitárias e grupos de iniciativa a grandes ONGs regionais com funcionários trabalhando em tempo integral em múltiplos escritórios.

Como resultado, pessoas e grupos que haviam sido freqüentemente marginalizados – deficientes, mães solteiras, idosos, refugiados, minorias étnicas – ganharam uma nova voz por meio da formação de ONGs locais e grupos comunitários. Por sua vez, esses grupos receberam inestimável apoio das ONGs dos Estados Unidos, as quais forneceram assistência monetária direta, treinamento e suporte técnico, o que fez com que a voz das ONGs da Ásia Central se tornasse ainda mais forte.

Os esforços combinados das ONGs dos EUA e locais podem ser vistos em comunidades do Vale de Ferghana, uma região empobrecida e com diversas etnias, onde as fronteiras contorcidas do Usbequistão, Tajiquistão e Quirguistão se encontram. As pessoas que vivem no Vale de Ferghana vivenciaram sua parcela de sofrimento desde a dissolução da União Soviética, e as comunidades continuam a enfrentar problemas como acesso à água potável e a cuidados de saúde adequados e escolas desintegradas.

Nos lugares onde os governos locais e nacionais quase nunca conseguem ajudar as comunidades a satisfazer suas necessidades básicas, membros das comunidades começaram a agir por conta própria. Com doações e apoio técnico de várias ONGs dos Estados Unidos, grupos comunitários do Vale de Ferghana estão trabalhando para reformar escolas, superar as diferenças étnicas, dar amparo a crianças deficientes, defender a reforma jurídica e estabelecer as bases para um futuro melhor para suas crianças.

Na América Central, as ONGs norte-americanas estão trabalhando com comunidades rurais e urbanas para fortalecer as organizações locais e ajudar os membros das comunidades a se ajudarem. Em uma região que sofre altas taxas de mortalidade infantil e materna, houve um esforço recente para aumentar o acesso às instalações de saúde e fornecer educação de saúde.

A CARE, ONG sediada em Atlanta, na Geórgia, concluiu recentemente um programa de amparo maternal na Guatemala, que melhorou drasticamente a qualidade dos cuidados com a saúde em Baixa Verapaz e Alta Verapaz. Trabalhando em

conjunto com o Ministério da Saúde da Guatemala, o programa ajudou na capacitação das mulheres da comunidade para treinar outras mulheres em cuidados de saúde maternal e infantil.

Um dos resultados duradouros do programa é que 53 clínicas comunitárias foram criadas, para que o amparo à saúde esteja mais prontamente disponível às 22.400 famílias em áreas remotas nos próximos anos. As crianças nascidas na região atualmente serão melhor assistidas e crescerão em comunidades mais bem equipadas para propiciar um futuro melhor.

Finalmente, qualquer programa de desenvolvimento, quer envolva cuidados de saúde na América Central ou fome na África, poderá ser bem-sucedido somente se for sustentável por um longo período de tempo após as ONGs norte-americanas deixarem a área. Em países de todo o mundo, uma vasta cadeia de ONGs dos EUA está trabalhando lado a lado com comunidades, ONGs locais, governos e pessoas, para estabelecer as bases para um mundo mais justo, próspero e pacífico. Os resultados dessas colaborações estão sendo claramente vistos hoje em dia e serão sentidos pelas pessoas do mundo todo nos anos vindouros. ☺

Os seguintes sites fornecem informações gerais sobre o trabalho das ONGs internacionais dos Estados Unidos:

www.interaction.org
www.alertnet.org
www.reliefweb.int

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente as posições nem as políticas do governo dos Estados Unidos.



Internacionalismo Norte-Americano BIBLIOGRAFIA

Favor observar que o Departamento de Estado dos EUA não assume responsabilidade pelo conteúdo e disponibilidade dos recursos relacionados abaixo; tal responsabilidade é exclusiva dos provedores.

Bose, Meena. SHAPING U.S. FOREIGN POLICY- MULTILATERALISM VS. UNILATERALISM [COMO MOLDAR O MULTILATERALISMO DA POLÍTICA EXTERNA DOS EUA VERSUS UNILATERALISMO]. Associação de Política Externa/Reunião na Prefeitura de Princeton, Princeton, NJ, 9 de maio de 2003.

Carothers, Thomas. PROMOTING DEMOCRACY AND FIGHTING TERROR [PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA E COMBATE AO TERRORISMO] (*Foreign Affairs*, vol. 82, nº 1, janeiro/fevereiro de 2003, pp. 84-97)

Conselho de Segurança Nacional dos EUA. "Overview of America's International Strategy [Visão Geral da Estratégia Internacional dos EUA]" em *THE NATIONAL SECURITY STRATEGY OF THE UNITED STATES OF AMERICA [A ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA NACIONAL DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA]*. Washington: Escritório de Imprensa do Governo, setembro de 2002, 35p.

Cowen, Tyler. THE FATE OF CULTURE [O DESTINO DA CULTURA] (*The Wilson Quarterly*, vol. 26, nº 4, 4º trimestre de 2002, pp. 78-84)

Crossette, Barbara. "Alone or Together: The U.S. and the World [Sozinhos ou Acompanhados: os EUA e o Mundo]" em *GREAT DECISIONS 2003 [GRANDES DECISÕES 2003]*. Nova York: Associação de Política Externa, 2003, 112p.

Daalder, Ivo H.; Lindsay, James M. THE GLOBALIZATION OF POLITICS: AMERICAN FOREIGN POLICY FOR A NEW CENTURY [A GLOBALIZAÇÃO DA POLÍTICA: POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA PARA UM NOVO SÉCULO] (*The Brookings Review*, vol. 21, nº 1, 1º trimestre de 2003, pp. 12-17)

Daalder, Ivo H.; Lindsay, James M.; Steinberg, James B. HARD CHOICES: NATIONAL SECURITY AND THE WAR ON TERRORISM [OPÇÕES DIFÍCEIS: A SEGURANÇA NACIONAL E A GUERRA CONTRA O TERRORISMO] (*Current History*, vol. 101, nº 659, dezembro de 2002, pp. 409-413)

Denoon, David. SHAPING U.S. FOREIGN POLICY- MULTILATERALISM VS. UNILATERALISM [COMO MOLDAR O MULTILATERALISMO DA POLÍTICA EXTERNA DOS EUA VERSUS UNILATERALISMO]. Associação de Política Externa/ Reunião na Prefeitura de Princeton, Princeton, NJ, 9 de maio de 2003.

Diamond, Larry. UNIVERSAL DEMOCRACY? [DEMOCRACIA UNIVERSAL?] (*Policy Review*, nº 119, junho/julho de 2003, pp. 3-25)

Feldman, Stacy. PROMOTING DEMOCRACY [PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA] (*Journal of International Affairs*, vol. 56, nº 2, 2º trimestre de 2003, pp. 149-156)

Gaddis, John Lewis. A GRAND STRATEGY OF TRANSFORMATION [UMA ESTRATÉGIA GRANDIOSA DE TRANSFORMAÇÃO] (*Foreign Policy*, nº 133, novembro/dezembro de 2002, pp. 50-57)

Il-whan, Oh. EXERCISING AMERICAN INTERNATIONALISM: U.S.-NORTH KOREA RELATIONS DURING THE BUSH ADMINISTRATION [EXERCÍCIO DO INTERNACIONALISMO NORTE-AMERICANO: RELAÇÕES EUA-CORÉIA DO NORTE DURANTE O GOVERNO BUSH] (*East Asian Review*, vol. 14, nº 3, 4º trimestre de 2002, pp. 3-20)

Kugler, Richard L. A DISTINCTLY AMERICAN INTERNATIONALISM FOR A GLOBALIZED WORLD [UM INTERNACIONALISMO NITIDAMENTE NORTE-AMERICANO PARA UM MUNDO GLOBALIZADO] (*Agenda da Política Externa dos EUA: Estratégia de Segurança Nacional dos EUA: Uma Nova Era*, vol. 7, nº 4, dezembro de 2002, pp. 36-40)

Legraine, Philippe. CULTURAL GLOBALIZATION IS NOT AMERICANIZATION [GLOBALIZAÇÃO CULTURAL NÃO É AMERICANIZAÇÃO] (*The Chronicle of Higher Education*, vol. 49, nº 35, 9 de maio de 2003, pp. B7-B10)

Lieber, Keir A.; Lieber, Robert J. THE BUSH NATIONAL SECURITY STRATEGY [ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA NACIONAL] (*Agenda da Política Externa dos EUA: Estratégia de Segurança Nacional dos EUA: Uma Nova Era*, vol. 7, nº 4, dezembro de 2002, pp. 32-35)

Muravchik, Joshua. THE BUSH MANIFESTO [O MANIFESTO BUSH] (*Commentary*, vol. 114, nº 5, dezembro de 2002, pp. 23-30)

Nau, Henry R. *AT HOME ABROAD: IDENTITY AND POWER IN AMERICAN FOREIGN POLICY [SENTINDO-SE EM CASA NO EXTERIOR: IDENTIDADE E PODER NA POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA]*. Ithaca, NY: Universidade de Cornell, 2002, 314p.

Nye, Joseph S., Jr. *THE PARADOX OF AMERICAN POWER: WHY THE WORLD'S ONLY SUPERPOWER CAN'T GO IT ALONE* [O PARADOXO DO PODER NORTE-AMERICANO: POR QUE A ÚNICA SUPERPOTÊNCIA MUNDIAL NÃO PODE AGIR SOZINHA]. Oxford, RU: Universidade de Oxford, 2002, 240p.

Record, Jeffrey. THE BUSH DOCTRINE AND WAR WITH IRAQ [A DOCTRINA BUSH E A GUERRA COM

O IRAQUE] (*Parameters*, vol. 33, nº 1, 2º trimestre de 2003, pp. 4-21)

Waller, J. Michael. BUSH DOCTRINE ON FREE-WORLD SAFETY [A DOCTRINA BUSH SOBRE A SEGURANÇA DE UM MUNDO LIVRE] (*Insight on the News*, vol. 18, nº 38, 15 de outubro de 2002, pp. 30-32)



Internacionalismo Norte-Americano SITES PRINCIPAIS NA INTERNET

Favor observar que o Departamento de Estado dos EUA não assume responsabilidade pelo conteúdo e disponibilidade dos recursos relacionados abaixo; tal responsabilidade é exclusiva dos provedores.

Agência de Comércio e Desenvolvimento dos EUA
<http://www.tda.gov/>

Agência Norte-Americana para o
Desenvolvimento Internacional
<http://www.usaid.gov/>

Comissão das Nações Unidas sobre Direitos
Humanos
<http://www.unhchr.ch/html/menu2/2/chr.htm>

Corpo da Paz dos EUA
<http://www.peacecorps.gov/>

Departamento de Agricultura: Serviço Exterior de
Agricultura
<http://www.fas.usda.gov/>

Departamento de Estado dos EUA: Escritório de
Assuntos de Organizações Internacionais
<http://www.state.gov/p/io/>

Departamento de Estado dos EUA: Assuntos de
Saúde Internacional
<http://www.state.gov/g/oes/hlth/>

Departamento de Estado dos EUA: Programas
Internacionais de Informação:

Comunidade de Democracias
<http://usinfo.state.gov/topical/rights/cd.htm>

Departamento de Estado dos EUA: Programas
Internacionais de Informação:

Presidente Bush Fala sobre Relações Exteriores
<http://usinfo.state.gov/products/pubs/presbush/oraf.htm>

Departamento de Estado dos EUA: Programas
Internacionais de Informação:

O Oriente Médio: Uma Visão para o Futuro
<http://usinfo.state.gov/regional/nea/summit/>

Departamento de Estado dos EUA: Programas
Internacionais de Informação:

Os EUA e a ONU
<http://usinfo.state.gov/topical/pol/usandun/>

Departamento de Estado dos EUA: Programas
Internacionais de Informação:

Os EUA e a Otan
<http://usinfo.state.gov/topical/pol/nato/>

Departamento de Estado dos EUA: Programas
Internacionais de Informação:

Fórum Econômico Mundial
<http://usinfo.state.gov/regional/nea/summit/0613uswef.htm>

Departamento de Estado dos EUA: Os EUA e a OEA
<http://www.state.gov/p/wha/rt/oas/>

Departamento de Estado dos EUA: Os EUA e a ONU
<http://www.state.gov/p/io/un/>

Missão dos EUA nas Organizações Internacionais
em Viena
<http://www.usun-vienna.usia.co.at/>

Missão dos EUA na Otan
<http://www.nato.int/usa/>

Missão dos EUA na União Européia
<http://www.useu.be/>

Missão dos EUA na ONU
<http://www.un.int/usa/>

Missão dos EUA na ONU em Genebra
<http://usmission.ch/index.html>

Missão dos EUA na ONU em Roma
<http://www.usembassy.it/usunrome/>

Organização das Nações Unidas para a Educação,
a Ciência e a Cultura (Unesco)
<http://www.unesco.org/>

Organização Mundial da Saúde: EUA
<http://www.who.int/country/usa/en/>

Os EUA e a Apec
<http://usinfo.state.gov/regional/ea/apec/>

Os EUA e o FMI
<http://www.imf.org/external/country/USA/index.htm>

A G E N D A

DA POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

VOLUME 8

REVISTA ELETRÔNICA DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA

NÚMERO 1



INTERNACIONALISMO NORTE-AMERICANO

Agosto de 2003